

DIRECTOR FRANCISCO PAULO BALSAFÃO

REDAÇÃO RUA DUQUE DE BRAGANÇA, 57 2.º ET. TELÉFONOS 261 50 51 E 2 54 16

Interrompidas as negociações em Argel

AS CONVERSAS EM ARGEL ENTRE REPRESENTANTES DA OUA E DO EXERCITO ARGELINO... INTERROMPIDAS AS NEGOCIAÇÕES EM ARGEL...

Em 19 de Junho, o presidente português anunciou que não iria aceitar a proposta de suspensão das negociações em Argel...

Mário Soares e Kissinger conferenciaram em Ottawa

O SECRETÁRIO dos Estados Americanos reuniu-se em Ottawa com o primeiro-ministro português Mário Soares...

Saldanha Sanchez libertado por um dia

A PAZ de poder ser possível, no Brasil de 1974, depende da libertação de Saldanha Sanchez...

50 Pides de Moçambique no Brasil, Espanha e Inglaterra

MAIS de cinquenta pedidos de ajuda financeira foram apresentados em nome de Moçambique...

Assalto do Partido Cristão Social Democrata

FOU ASSALTADA, no princípio de Junho de 1974, a sede do Partido Cristão Social Democrata em Lisboa...

Conselho de Ministros: saneamento do funcionalismo dos trabalhadores

O GOVERNO DO BRASIL está a preparar um plano de saneamento do funcionalismo dos trabalhadores...

As negociações de Argel envolvidas em clima de pressão da OUA

ARGEL - As negociações entre Portugal e a OUA em Argel, sob a égide da OUA, estão a decorrer em clima de pressão...



As negociações em Argel estão a decorrer em clima de pressão da OUA. O presidente português não aceita a proposta de suspensão...

Magalhães Mota responde ao ataque do Movimento Democrático Português - Vila Real

Magalhães Mota responde ao ataque do Movimento Democrático Português em Vila Real. O governador afirma que não aceita a proposta de suspensão...

Mesa Redonda Duas missões aos Estados Unidos

Advertisement for a round table discussion with participants Jorge Sampaio, João Cravinho, ONU, Ramon de Costa, and Francisco Balsemão. Includes photos of the participants.

Esol a Junta que convocou a reunião com o MFA

Esol a Junta que convocou a reunião com o MFA. O governador afirma que não aceita a proposta de suspensão...

Memomatic Omega

Advertisement for the Memomatic Omega watch, highlighting its automatic memory function and reliability.

Conselho de Ministros: saneamento do funcionalismo dos trabalhadores

O GOVERNO DO BRASIL está a preparar um plano de saneamento do funcionalismo dos trabalhadores...

Conselho de Ministros: saneamento do funcionalismo dos trabalhadores

O GOVERNO DO BRASIL está a preparar um plano de saneamento do funcionalismo dos trabalhadores...



Interrompidas as negociações em Argel

AS CONVERSACÕES em Argel foram interrompidas inesperadamente, ontem, às 21 horas de Lisboa, quando tudo fazia crer que continuariam por algum tempo após a assinatura partida de Mário Soares: elementos das duas delegações haviam, aliás, confirmado isso mesmo ao EXPRESSO.

Os primeiros a sair da sala de reuniões foram os do P. A. I. G. C. com o comandante Pedro Pires, de semblante carregado, o qual começou por dizer:

«Decidimos suspender as negociações por haver dificuldades de varia ordem e achamos justo vir as nossas autoridades. Partimos amanhã ou depois de amanhã».

Como Luis Cabral chega hoje ao aeroporto de Argel vindo de Megadictio, juntamente com Boumedienne, é possível que sigam no mesmo avião.

A primeira pergunta, sobre o cessar fogo na Guiné, respondeu Pedro Pires:

«Não há cessar fogo. Há tréguas».

Por sua vez a delegação portuguesa chefiada por Mário Soares pouco adiantou as declarações já feitas anteriormente por Pedro Pires:

«Não podemos revelar o fundo da questão», disse o dr. Mário Soares; «devemos regressar amanhã a Lisboa para informar o nosso Governo. Continuaremos a lutar pela paz que, entreu convencido, alcançaremos. Quanto à suspensão das negociações trata-se dum incidente normal».

Este incidente foi, entretanto, confirmado, por Mário Soares, como tendo por objectivo questões de princípios. No entanto, para o ministro dos Negócios Estrangeiros português e futuro das negociações não está de forma alguma comprometido. Quanto ao seu reconhecimento, depende, como disse Mário Soares, das consultas que a delegação portuguesa fará ao Governo de Lisboa e o P. A. I. G. C. ao Comité Executivo de Luta que — e depois — resultar do acordo entre as partes.

Como dissemos na crónica que transmitimos ontem à tarde (ver noutro local desta página) era visível que algo não funcionava em Argel.

Onde estará esse algo? Se atendermos às tomadas de posição das nações africanas em Megadictio, sob cujo signo e atmosfera se realizou a 2.ª fase das negociações, talvez possamos discernir uma resposta que irá além da simples exigência do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau.

Entretanto, a delegação portuguesa segue hoje, sábado, pelas 10 horas para Lisboa, via Paris, num avião normal de carreira.

Do nosso enviado Augusto de Carvalho

Mário Soares e Kissinger conferenciarão em Ottawa

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros partirá amanhã para OTTAWA, onde vai participar em trabalhos relacionados com a reestruturação da NATO. Embora poucos pormenores tenham sido revelados sobre esta reunião, sabe-se no entanto que da agenda do dr. Mário Soares consta um encontro a sós com o Secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Em princípio, a entrevista durará 45 minutos e terá lugar no dia 19.

Considera-se crucial que durante este diálogo privado — cuja importância nos parece desnecessário sublinhar — seja ventilada a questão da base das Lajes, utilizada em Outubro último pelos Estados Unidos para auxiliar Israel contra os países árabes (facto de que resultaram as imediatas reparações petrolíferas por estes decretadas contra o nosso país). É até Agosto que o acordo vigente entre Portugal e os Estados Unidos poderá ser denunciado; depois disso, será automaticamente removido.

Aliás, a utilidade (ou não) das bases dos Açores no futuro da Aliança Atlântica entra já no âmbito do novo «figurino» que venha a ser aprovado para a Organização. E duas grandes teses, senão opostas pelos menos divergentes em vários aspectos, parecem neste momento desenhar-se: uma de inspiração norte-americana e outra francesa, esta, ao que se julga mais radical em matéria de modificações. O novo ministro dos Estrangeiros de Paris, Jean Sauvagnarguet, estará presente à reunião de Ottawa, não sendo de excluir a hipótese de o dr. Mário Soares conferenciar também com o seu colega francês.

Saldanha Sanches liberto por um dia

A FIM de poder estar presente, ao funeral do dr. Martins Soares, seu advogado de defesa, José Luis Saldanha Sanches, o militante maiorista deixou desde a semana passada no Forte de Elvas, obteve autorização das entidades militares competentes para se deslocar ontem a Lisboa.

A autorização foi concedida contra o compromisso de honra, assumido por aquele dirigente do M. R. P. P., de se apresentar hoje no presídio militar onde se encontra detido, em prisão preventiva, há mais de uma semana.

50 Pides de Moçambique no Brasil, Espanha e Inglaterra

MAIS de cinquenta elementos da extinta PIDE/DGS que se escaparam pelas fronteiras dos países vizinhos de Moçambique foram autorizados a embarcar para o Brasil, Espanha e Inglaterra.

A maior parte dos agentes eram funcionários superiores daquela polícia política e tinham possibilidade de emitir passaportes falsos.

Dois elementos da PIDE/DGS que partiram para Londres há dias, de Salisbúria, apresentaram passaportes em nome dos srs. «Vista» e «Vasco da Gama».

Assaltado o Partido Cristão Social Democrata

FOI ASSALTADA, ao princípio da manhã de ontem, a sede do Partido Cristão Social Democrata (de que o ex-legionário António Cunha Coutinho é um dos principais «leaders»), situada na Avenida Guerra Junqueiro, 21, 4.ª Esq., em Lisboa. Os assaltantes — quatro jovens de idades entre os 18 e os 25 anos, segundo o testemunho de uma porteira de um prédio vizinho — furtaram máquinas de escrever, fotocopiadoras e um «silêncio» automático, (no valor de mais de cem contos), não tendo todavia destruído nem os ficheiros, nem material de propaganda. A Polícia Judiciária tomou conta da ocorrência.

Semana Nacional

Spínola e o problema africano

"O PONTO fulcral do nosso ideário repousa sobre o conceito de autodeterminação, que se impõe clarificar, em ordem a que à sua volta não possam continuar a tecer-se as especulações que tanta perturbação e dúvida têm lançado" — afirmou o general Spínola na posse dos novos governadores gerais da Angola e Moçambique, realizada no Palácio de Belém.

O Presidente da República traçou, no seu longo discurso, as linhas gerais da política africana seguida pelo Governo, referindo-se à autodeterminação como meta a atingir, e definindo-a como "o exercício da capacidade dos cidadãos de uma sociedade para elegerem o estatuto por que hão-de reger-se, a soberania que desejam reconhecer e as formas de vida em comum que pretendem prosseguir".

"Só pode haver autodeterminação em clima de livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas" sublinhou, concluindo mais adiante: "Não se encontrando tais instituições em funcionamento nos territórios ultramarinos, e estando, por isso, as suas gentes aliadas privadas de formas eficazes de expressão e participação, o que hoje se entende por independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites e nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas."

Encarando o "cessar-fogo" como ponto de partida para um futuro "referendum", o general Spínola acrescentava: "o que está em causa, ao negociar-se um "cessar-fogo", é a legitimidade do ideal em que se fundamentam os objectivos que animaram as partes em luta; e, como tal, a viabilidade de, passando da confrontação armada para uma solução política, ser deixada a decisão final à consciência de todos os interessados, democraticamente constituídos."

Relações diplomáticas com a URSS e Iug

NO AMBITO da dinamização da diplomacia portuguesa, cujo programa se inclui o abrir de portas para todos os países do mundo iniciado com o restabelecimento de relações com a Romênia, o Governo Provisório da República Portuguesa e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas concordaram em estabelecer relações diplomáticas entre os dois países no dia 9 de Junho de 1974. Também no domingo, outra nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciava que "os Governos jugoslavo e português decidiram reanudar as relações diplomáticas suspensas desde 1945."

Desta abertura, a mais significativa e, sem dúvida, a que se refere à URSS, país vivamente caluniado pelo regime salazarista-marxista, mas pelo qual sempre o povo português parece ter sentido compreensão e mesmo estima. Aguarda-se, entretanto, que o processo vá agora ser rapidamente estendido a outros países do bloco socialista europeu (e o primeiro indicio veio já da Polónia, cujo PC manifestou interesse em tal, bem como às nações árabes, africanas e asiáticas. E quanto a estas últimas será de destacar o caso da República Popular da China, país que entre nós conta também com uma forte corrente de simpatizantes.

Representação não diplomática mas comercial com carácter que o anterior regime segregava é já um facto, pater exemplum na F. I. L. (aberta na quarta-feira), onde a Polónia e a República Democrática Alemã expõem a sua tecnologia.

Ainda no capítulo comercial (mas com estreitas relações políticas), há a salutar e declaração aprovada pelos Estrangeiros dos nove países da C. E. E., no passado, em Bonn, em que manifestaram a sua "simpatia" pelos acontecimentos ocorridos desde a mudança de Governo em Portugal e "se felicitam pela evolução política em curso". Económica Europeia, os exportadores de Vinho do Porto tomaram público um documento em que consideram urgente a revisão dos acordos negociados com a C. E. E. relativamente a este produto.

Os presos do Limoeiro não esperam, desesperam

"SOMOS HOMENS que fazem falta ao país. Não somos cães. Porque não nos dão uma oportunidade como deram aos políticos e desertores?" Este é um fragmento de um comunicado que os presos da cadeia do Limoeiro fizeram chegar ao exterior e no qual exigem a concretização da "ampla amnistia" já decidida pelo Governo há mais de duas semanas mas que ainda ali não chegou.

Os presos (que totalizam 355, muitos julgados mas a maioria deles em regime de "prisão preventiva") saíram das celas na noite da passada quarta-feira e ocuparam alguns locais exteriores às paredes do edifício, como varandas e terraços, tendo-se a seguir declarado em greve da fome até que as medidas governamentais sejam aplicadas.

Os reclusos queixam-se, por outro lado, dos abusos dos guardas prisionais que acusam de frequentes agressões físicas e psicológicas.

Director de "o Tempo e o Modo" morre em desastre de viação

JOSE MARIA Martins Soares, militante do MRPP, director da revista "o Tempo e o Modo" e advogado de José Luís Saldanha Lanches morreu esta semana (como já foi noticiado) num desastre de viação perto de Agueda (ver artigo pág. 10).

Segundo um comunicado da Redacção do "Tempo e o Modo" aos seus leitores e ao povo português em geral, "José Maria Martins Soares militante do MRPP, era o primeiro e incontestado trabalhador desta revista, onde lutou sempre com espírito de sacrifício e dedicação, por uma revista apoiada nas massas populares e ao seu serviço, procurando conduzi-la como verdadeira arma da ideologia do proletariado contra a burguesia e os traidores revisionistas."

Acrescenta a terminar o mesmo comunicado: "Transformar o funeral de José Maria Martins Soares, que sai da Casa da Imprensa no sábado, dia 15 às 11 horas, numa inequívoca manifestação de que osaremos continuar a luta e que havemos de erguer bem alto o seu exemplo; estar presente na velada de homenagem ao camarada José Maria Martins Soares na noite de sexta-feira, na Casa da Imprensa, é afirmar que não tralheremos o camarada Martins Soares e que osaremos vencer".

Africanos na metrópole denunciam "despedimentos em massa"

«DESPEDIMENTOS em massa» de trabalhadores africanos, nos sectores da construção civil, minas e estaleiros, levam o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné, a denunciar, através de um comunicado, a discriminação salarial de que estes trabalhadores são vítimas, bem como o controlo policial exercido nas barracas onde estão aquartelados em condições miseráveis os trabalhadores africanos e as altas rendas cobradas pelos donos destas.

O comunicado acrescenta, ainda, que se deve alertar a opinião pública e as forças progressistas portuguesas dessa situação de discriminação. O GADCVG decide empreender um vasto inquérito junto dos trabalhadores despedidos a fim de apurar a extensão e condições de tais despedimentos. A terminar, o comunicado afirma que esse grupo irá ainda exercer uma acção ampla de politização, junto dos trabalhadores africanos, esclarecendo-os dos seus direitos.

Um mês e meio de Novo Regime

Do "compromisso histórico" ao problema africano

A SEMANA que passou foi marcada por vários, grandes e pequenos problemas.

Deixando de parte os segundos que inserem na contetura suscitada pelos grandes problemas da actualidade, dois há que continuam a polarizar a vida política portuguesa.

O primeiro foi muito claramente referido por Mário Sottomayor Cardia, talvez o maior ideólogo do Partido Socialista, em intervenção que passou despercebida do grande público.

Falando em mesa-redonda, realizada num salão paroquial de Lisboa, e em que também participaram representantes do PCP e do PPD, Cardia expôs a seguinte perspectiva para a evolução futura próxima em Portugal: em qualquer poder executivo de esquerda que saia das eleições de Março deverá ter um largo apoio eleitoral (e não uns restritos 51%).

Ora isso aponta para uma coligação dos três partidos hoje no poder (PCP, PPS, e PPD), num esquema que o colocojante comparou com o "compromisso histórico" proposto em Itália recentemente por Berlinguer, Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano.

Esta proposta de Berlinguer, a que o EXPRESSO oportunamente se referiu, tinha como objectivo a formulação de uma plataforma democrática que obviasse a avanços significativos de correntes reaccionárias com eventual inspiração neofascista.

A ideia, lançada por Cardia, tem, neste momento um duplo significado. Por um lado, constitui uma pista tendencial por que poder optar o PSP na sua estratégia eleitoral. Por outro lado, pressupõe a necessidade de se evitar qualquer crise (intra do Governo Provisório até às eleições de Março).

Quanto ao objectivo de limitar hipóteses de ruptura (possível como vemos em artigo anterior), cumpre admitir que a saída dos membros do PSP do Governo colocaria em posição minoritária os membros do PCP. Ora estes têm demonstrado, dentro e fora do Governo, um inequívoco desejo de não colocar em risco um programa transitório de democratização, que exige a permanência do presente Governo.

Quanto às perspectivas eleitorais, é cedo ainda para se saber até que ponto a sugestão de Cardia é viável.

Para o próprio PSP ela tem vantagens, e também inconvenientes.

Entre nós, o programa do PS aceita o princípio fundamental da autogestão, em França tomada pelo PSU, e não existe "Programa Comum" já estabelecido, o que parece simplificar eventuais pontos ideológicos ou de prática política.

Contudo, por outro lado, o PCP apresenta um dogmatismo doutrinal muito mais acentuado do que o PCF, e um Partido social-democrata, como o PPD suscita questões praticamente ignoradas em França.

E do primo do Partido Comunista Português? Qual a sua eventual atitude perante a proposta de "compromisso histórico"?

Uma análise superficial detecará vantagens mais do que desvantagens, a menos que o PCP pensasse dispor de margens eleitorais suficientes para poder governar com o PSP, o que não será provável. Ou que o PCF tivesse em mente abrir à extrema-esquerda, no que parece muito pouco entusiasmado. Talvez menos do que o MES, e até do que o próprio PS. Aliás, Álvaro Cunhal, em entrevistas, tem lançado pistas referentes ao "compromisso".

Tem a vantagem, portanto, de não comprometer a unidade formal do Partido.

Tem ainda a vantagem de não subalternizar o papel do Partido numa eventual ligação ao PCP, em que podia ficar eleitoralmente menos favorecido.

Finalmente, dá a segurança de uma percentagem ampla do eleitorado (podendo ir até 65%, por exemplo), percentagem essa suficientemente estável para um eventual Governo constituído.

Em contrapartida, surge o problema da posição face ao MES, que poderá não aceitar facilmente esta "união de forças". A não ser que o MES até Março de 1975 se venha a inserir no PSP, o que, aliás, muitos dirigentes deste visivelmente desejaram, aceitando a deflagração de uma nova crise.

Embora a experiência seja substancialmente diversa, cremos interessante que se acompanhe o que, neste momento, sucede em França, quanto às relações do PS com o PSU. Um dos obstáculos para viáveis é a vinculação do primeiro ao "Programa Comum", com os comunistas.

Até porque se deverá reconlar da moderação de Allende perante o activismo entusiasmado de Altamirano.

Faltava saber o que pensa o PPD de um tal esquema?

Para o PPD são acartada vantagens mais reduzidas, sobretudo se o Partido pensa ser electoralmente possível um Governo de coigação so com o Partido Socialista.

Ao mesmo tempo, porém, a proposta significa que é já evidente no saadefs politico português a tendencial vocação para são acenar alianças à direita, uma direita que será sempre o núcleo dos homens do antigo regime. Um núcleo de credibilidade limitada, sendo nula para quem queira construir uma sociedade nova com homens novos.

Que futuro

Pode acontecer, porém, que tudo quanto ficou dito não venha a passar de mera futurologia sem viabilidade.

Basta para tanto que se concretize o risco de se tornarem potentes as potenciais rupturas que se verificam no Poder Politico acerca

da resolução do problema africano.

Sabiu-se antes da formação do Governo Provisório quais eram as posições do Partido Comunista e do Partido Socialista acerca da questão africana: defendiam o cessar-fogo, e a imediata independência dos territórios coloniais sobre controle português, sendo ademais, já reconhecido a República Guiné-Bissau.

Também se conhecia o teor do Programa do MFA, falando em cessar-fogo imediato negociado com os Movimentos de Libertação, e em subsequente exercicio do direito de auto-determinação dos povos ultramarinos.

Este mesmo teor é nas suas grandes linhas, o da posição do PPD, o terceiro partido politico no Governo.

Formado o Governo Provisório, foi divulgado o respectivo Programa, que ficava muito aquém das posições assumidas do PCP e do PSP. Designadamente, de várias afirmacões de personalidades responsáveis parecia inferir-se que, em futuro mais ou menos próximo, o Governo tentaria realizar referendums nos diversos territórios ultramarinos para escolha por estes dos próprios destinos politicos. Neste quadro, as negociações iniciadas com os Mo-

vimentos de Libertação visariam apenas o cessar-fogo imediato.

Simplemente, o que se conhecia ou adinhuva provocava efectiva perplexidade.

Começariam líderes do PCP e do PSP adoptarem como governantes posições antitéticas das que tinham preconizado como dirigentes partidários?

Como poderiam os Movimentos de Libertação (e, mais amplamente, organizações internacionais como a ONU e a OUA) acenar a negociação de cessar-fogo sem garantias formais de reconhecimento do objectivo último que sempre tinham perseguido: a independência?

Como poderia o Governo Provisório, reconhecendo o direito à independência no caso da Guiné-Bissau, não o reconhecer em processo paralelo de negociações com a FRELIMO? E, mesmo, ulteriormente, com os vários movimentos de libertação de Angola?

Todas estas questões acham significação num contexto muito particular que interessa sintetizar em quatro pontos:

a) as razões eventuais da posição do MFA quanto ao desenlace do problema africano;

b) a posição do general António de Spínola;

c) as pressões internas;

d) as pressões internacionais.

Quanto as eventuais razões do ponto expressa pelo MFA no seu

Programa Político, elas poderão, talvez, resumir-se na procura de uma solução política que salvaguarde a honra das Forças Armadas envolvidas na luta infatigável de duração.

Não coloca o MFA limites algum quanto à via política a seguir. Faz antes questão num termo rápido de uma solução sem saída militar. Mas, tem acelerado a execução de 25 de Abril, além do mais, para evitar novas Goas, cuja responsabilidade lhes seria imputada, as Forças Armadas não querem que o processo de descolonização existisse numa posição que lhes possa ser desprestigiosa. De outro deste quadro amplo, se compreende a sua presença nas negociações em curso em duas frentes diplomáticas.

O General António de Spínola público, ainda não há quatro meses, o seu livro de tese acerca deste problema. Em quatro meses não se esperará nenhuma mudança muito de opinião. A não ser, talvez, numa maior maleabilidade perante a eventual escolha referendaria da independência pelos povos ultramarinos.

Na posse dos novos Governadores-Generais de Angola e de Moçambique, o General Spínola expôs, discursivamente, o seu cronograma de implementação ultramarina: "estabelecimento da paz; reconstrução e desenvolvimento acelerados; implantação de amplo, esquemas meritocráticos de participação e de uma acelerada reestruturação das estruturas políticas, económicas e sociais; e recurso à consulta popular como fórmula final de corporização dos princípios enunciados."

Não falou em datas mas dependeu-se das suas palavras que, se aceita a independência como inerente ao conceito de autodeterminação, esse inerência é conceptual, e impeditivo ao conceito de independência uma amplitude acelerada. Por outro lado, considerou como pressuposto do exercício do direito de autodeterminação a instauração plena e o funcionamento prévios de instituições democráticas. No respeitante aos Movimentos de Libertação, não houve grandes novidades: em poder, se quiserem, converter-se em Partidos Políticos legalizados com vista à preparação dos referendos.

A posição do Chefe de Estado é tanto mais relevante quanto o seu poder político tem sido sentido de semana para semana. Compulsem-se os seus discursos em Ota e nas Caldas da Rainha tem que já fala em "interesses inconfessáveis" de "falos portugueses", e vê-se a intervenção da Justiça no caso da Rádio Televisão Portuguesa.

Tão forte é esta posição que, mesmo os Partidos com problemas de coesão relativamente à rapidez e aos meios de descolonização, se têm curvado a permanecer ao Governo na senda de plataformas conciliatórias. Antes da partida para Londres, Mário Soares e Álvaro Cunhal, conversaram longamente, enquanto Francisco Sá Carneiro — agora com função coordenadora nesta matéria — conferenciava com Spínola e Palma Carlos.

Foi possível conciliar pontos de vista.

Isso, sabendo-se que as pressões internas são controversas. Se larga zona das organizações políticas preconiza o imediato reconhecimento da Guiné-Bissau, e até procedimento análogo em Angola e Moçambique, outra mais à direita, tem-se manifestado em contrário. E, dentro das primeiras, o PCP não se encontra muito entusiasmado com a perspectiva de sair de um Governo onde detém todo o sector do trabalho e o da emigração, ambos essenciais para a condução de uma campanha mas aberta de massas num futuro, mas ou menos próximo (Março de 1975?).

As Forças Armadas, sobretudo na Guiné, vão-se tornando sensíveis à recusa da luta militar, mesmo com a expectativa de cessar-fogo negociado e paz.

As populações de Angola e Moçambique, simultaneamente, atravessam período de natural confusão e expectativa acenadas pela vacatura dos principais cargos político-administrativos vigentes.

Externamente, a posição oficial americana parece ainda muito nem sempre que poderá não distar muito da fórmula "spínolista".

Porém, o consenso geral inclina-se para considerar condição importante da abertura definitiva e irreversível a Portugal o reconhecimento da República Guiné-Bissau.

Os depoimentos de Jorge Sampaio, João Cravinho, Ramos da Costa e Francisco Pinto Balsemão são muito elucidativos a esse respeito, até por provirem de quem esteve recentemente nos EUA, em contacto com importantes organizações internacionais e representações diplomáticas, e sem diversa locução ideológica.

Ao mesmo tempo, chegam-nos sinais de fortes pressões não confessadas publicamente de países árabes (Tunísia, Argélia?) para uma moderação dos desejos indianos do P. A. I. G. C.

África: muitos pensamos num só Governo

Que futuro (próximo) nos espera?

Para já, a continuação das negociações em Londres, de que dependem as de Luanda.

Devese lembrar, com o fim do cessar-fogo urgente, para se evitar a sensação de desaire militar, que a tomada de posições urbanas, na paz, pelo FAIGC avoluma. Do outro, com o objectivo da consagração inequívoca da independência, como coroamento de uma luta armada anti-colonial. Para tanto, o Governo mantém-se completo, mas formalmente intacto, fazendo o máximo denominador comum possível, e esquecendo para amanhã o menor divisor comum evidente.

E o General, que à sombra do "spínolismo", garante a suprema unidade de um poder constituído em degraus múltiplos?

Para compreender um pouco o que é e vai ser a experiência (o drama?) da sua acção política, voltemos a De Gaulle, e recor-

remos duas passagens. Uma sobre a missão universal da França. A outra sobre a solução da Argélia, tal como o General a via quando voltou ao poder.

Em próximas semanas iremos teremos o ensaio de recetar as mesmas questões, tal como De Gaulle as encarava algum tempo depois de se ver confrontado com a realidade política interna e externa.

"I — Retomando a directiva da França, decidi liberá-la das limitações, agora sem contrapartida, que lhe impunha o seu império. Poder-se-ia imaginar que eu não o fizera como se eu tivesse de coação alguma. Para um homem da minha idade e da minha formação, eu claramente cruel tornar-me, de muito própria iniciativa, o principal autor de uma tão profunda mutação. O nosso país tinha formado, noutros tempos, um ímpetu e glorioso esforço para conquistar, organizar, velar e conjugar da suas dependências. Pela epopeia colonial, tinha procurado colonial-se da península das suas possessões longínquas dos séculos XVII e XVIII, bem como das suas derrotas na Europa: 1815, 1910. Ele apreciava o sucesso de prestígio grandioso, o escudo inverso por pro-cônsules da colonização dos Buganda, Faldheres, Arnhemard, Brazza, Doumet, Galline, Ponce, Sarrau, Lyaxty. Ele media os serviços prestados nas fileiras do nosso exército desde há várias gerações por valentes contingentes africanos, vietnamitas e asiáticos, ao parte que lhes coube na nossa vitória na primeira Guerra Mundial, no papel desempenhado no decurso da 2ª Guerra, na epopeia da França Combater, e pelos nossos territórios ultramarinos, suas tropas, seus trabalhadores, e seus recintos. Estava orgulhoso da realização humana que representava o conceito do desenvolvimento moderno realizado nessas regiões difíceis, graças à acção de tantos soldados, administradores, professores, missionários, engenheiros. Que provação moral seria para mim transmitir a estes territórios o nosso poder, dobrar as nossas bandeiras, fechar um grande livro da nossa história!"

II — Mas, poderia eu imaginar o prolongamento desse grande livro? Porque isso significaria manter a França envolvida política, financeira e militarmente numa ruína sem fundo quando, deveria, ao mesmo tempo, abandonar livros para cumprir no seu próprio interior a transformação exigida pelo século e exercer sem hipotecas a sua acção no exterior. Seria, ao mesmo tempo, estava decidido, não exercito no impasse de uma luta de repressão colonial e a interminável, quando o futuro do país exigia que ele estivesse à escala de um poder moderno. No essencial, eu estava decidido, não deixar ao passado a invenção do seu legítimo sonhar com outra coisa, ou no presente fosse de lamentar, embora eu próprio tivesse sonhado com outras opções, já não havia saída para o problema para além do direito de a Argélia de dispor do seu destino.

Mas, decidido a reconhecer, eu fiz-a em certas condições.

Do "compromisso histórico" ao problema africano

(continuação da p. 2)

Primeiramente, é a França, e de sempre, que sobinha, na sua força, em sobre dos seus princípios e segundo os seus interesses, o concerto aos argelinos. Nada de admitir que fosse coarctado por desaires militares, determinada pela intervenção de estrangeiros, ou conduzida por uma agitação partidária e parlamentar. Nós fazíamos portanto todo o possível para sermos senhores da situação. Nós não aceitaríamos nenhuma

diligência de qualquer capital, nenhuma oferta de "bons offices", nenhuma ameaça de "revisão melindrosa" nas nossas relações externas, nenhuma deliberação nas Nações Unidas. Chegado o momento seria não uma assembleia conjuntural para deputados, mas o nosso povo inteiro que votaria as mudanças necessárias. Por outro lado, se era desejada, sobretudo para a Argélia, se permanecessem franceses, era a cada um deles que competia a

decisão, assegurando as Forças Armadas a sua liberdade e segurança, até que eles escolhessem o seu destino num sentido ou noutro.

Enfim, seria necessário, que para a vantagem comum da França e da Argélia, fossem celebrados contratos instituído relações privilegiadas, desgradamente sobre a condição das pestoas, as relações económicas os contactos culturais, e a exploração dos carburantes do Sahara."

PARTIDOS POLITICOS PARTIDO POLITICO

Partido da Democracia Cristã: o corte de programa da R. Televisão Portuguesa

O Directorio do Partido da Democracia Cristã, tomando pouca no recente caso havido com a programação da Televisão, em que foi interrompida uma transmissão directa do Mercado da Primavera, ao dia 10, enviou um comunicado no dia 12, certo passo: "É licito a quem quer que seja manifestar as suas opiniões, quer de ordem política quer de ordem religiosa, desde que se respeitem os valores fundamentais da Democracia, ou seja, de que a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do seu semelhante."

Focando a "parte relativa à imprensa onde se trataram com

menos respeito valores da Igreja Católica", o PDC afirma que "não é licito que a RTP, que não pertence aos trabalhadores da mesma mas à Nação inteira, utilize a sua força de impacto para provocar reacções que impulssem o levantar da extrema direita ao ver desconsiderados e pisados aos seus princípios que são caros a todos os portugueses."

E depois de referir a boa fé do povo e a importância de não criar climas emocionais que o façam duvidar do Movimento das Forças Armadas, o documento em questão lamenta "a parcialidade dos elementos da RTP na sua falta de

sensibilidade, para não se aperceberem de quanto de delicado tinha a referida parte da transmissão da pantomima para a grande maioria do povo português", o directorio do PDC "dá a seu intiro apoio à ordem de corte da emissão, fazendo votos para que a RTP passe a ser a televisão de todos nós, e não a televisão de alguns de nós para todos nós, como era aliás exactamente no tempo do fascismo, onde a caracterizava apenas a diferença de sinal. Enquanto antes do 25 de Abril era da extrema direita fascista, agora parece ser de uma extrema esquerda muito para além do socialismo ou do comunismo."

Partido Socialista: "Socialismo Lusitano"

A CRIAÇÃO de um socialismo lusitano é ponto de ordem de um movimento tendido público pelo Partido Democrata Socialista, cujo programa político será anunciado depois de apresentação ao presidente da República.

Do comitê nacional do Partido fazem parte os drs. Henrique Pinto da Rocha, Manuel de Almeida, Helza Vasconcelos, e Váler da Rocha Correia, António Dias Jangado, Alberto Ferreira de Macedo, Maria Manuela Duarte, Domingos Martins Pereira, dr. Cesário de Casarço, António Inês de Matus, Maria Alice Tardé, António Ferreira de Macedo, e Mário Ferrás de Almeida, representando vários círculos metropolitanos, ultramarinos e do Brasil.

A linha de acção do PDS baseia-se na afirmação de que não há actualmente nenhuma sociedade socialista que sirva para ser destacada, na conjuntura política portuguesa, e na declaração de princípios do mesmo partido referente ao objectivo principal de emigrar todos os portugueses livres e responsáveis que queiram trabalhar na edificação de uma sociedade mais justa, digna e humana.

A necessidade de reformas nas estruturas económicas e políticas, promovendo as classes menos favorecidas por contrapartida de serviços às classes mais privilegiadas e a igualdade de oportunidades em função dos méritos individuais, são outros pontos do programa do PDS que será em breve conhecido.

Partido Comunista: as relações com a Rússia

A propósito do estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, o Partido Comunista emitiu um comunicado em que, entre outros pontos, salienta a convicção de que, a breve trecho, tais relações serão também estabelecidas com outros países socialistas, "na base do interesse mútuo e do respeito pelos princípios da coexistência pacífica, a qual constituirá um factor insubstituível para a consolidação da democracia e da independência de Portugal, para a solução de graves problemas económicos e para o acentuar do progresso técnico e cultural do país."

Neuro trecho do comunicado, o PCP afirma que "se abre um futuro de amplas e frutuosas relações políticas, económicas, culturais, científicas, técnicas, turísticas, desportivas e outras entre a República Portuguesa e o União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, entre o povo soviético e o povo português. Trata-se de um acontecimento de relevante significado político para o Governo Provisório português, pelo processo de democratização iniciado em 25 de Abril para os trabalhadores e o povo de Portugal."

Apontando ainda as relações diplomáticas agora anunciadas entre os dois países, o PC estabelece o pressuposto de que tal intercâmbio será "uma contribuição positiva para a segurança na Europa e para a causa da paz no mundo."

partidos políticos

Movimento Popular Português: definir política económica

Um comunicado do MPP acusa que o extremismo e a irresponsabilidade continua a controlar os movimentos de rua, que o "risco" a nada serve e só procura "impor a sua vontade unilateral e despótica, tomando nas empresas e nos serviços públicos donde será depois muito difícil desalojá-lo."

Ordem e legalidade imediatas, ou o colapso a curto prazo, são as duas opções que o MPP manifesta, salientando que "no antigo regime os ministérios trabalhavam pouco e mal, mas que agora há extensos sectores paralisados em reuniões e sub-reuniões, dirigentes impedidos de exercer funções, comissões directivas auto-nomeadas e desordenadas, contrapostas entre si e impedindo toda a obra útil pois apenas procuram abrir caminho à subversão social, o que, aliás, nalguns casos já nem se cobrem de proclamar."

Defendendo a urgência de criar uma política económica de crédito capaz de apontar soluções, o MPP termina: "A produção não está a subir, já se sente o desemprego; as compras baixam em vários sectores; ninguém ou poucos osam investir, o capital e a técnica estrangeira interessam-se menos e o poder aquisitivo da moeda falivelmente se há-de resarar. É isto só em pequena parte pode ser culpa dos capitalistas ou dos monopólios: acima de tudo é culpa da desordem política e económica que se está a fazer sentir."

Esquerda Revolucionária: a detenção de Saldanha Sanches

Convocada por cinco organizações que se definem como "Esquerda Revolucionária" (Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias; Liga de União e Acção Revolucionária; Liga Comunista Internacionalista; Comissões de Base Socialistas; e Comité Para a Independência Imediata e Incondicional da Colónia), realizou-se na passada quarta-feira, em Lisboa, uma manifestação seguida de comício onde se exigiu a libertação imediata de José Luís Saldanha Sanches, director interno do "Luta Popular", órgão de massas do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, deitado no Feroz de Elvas.

Aquela jornada de solidariedade para com o primeiro activista de esquerda preso pelo novo regime associou-se também o Grupo Autónomo do Partido Socialista. Os manifestantes, em número que se aproximou dos cinco mil, gritaram ainda palavras de ordem contra a repressão burguesa, contra a guerra colonial; e pela libertação imediata e incondicional das colónias.

No decorrer do comício, a mãe de Saldanha Sanches leu uma declaração que já preferira no início da manifestação e onde depois de agradecer a solidariedade para com seu filho recordou que este "tem sido sempre um militante de rigor sempre e de quem se orgulhava. Ainda no mesmo comício usaram da palavra representantes do PRP-BR, LUAR e LCI.

Já no passado sábado o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado tinha convocado para Lisboa e outros pontos do País, manifestações e comícios onde se exigiu a libertação imediata de Saldanha Sanches.

No mesmo dia que se realizou a já referida manifestação da Esquerda Revolucionária tiveram ainda lugar em Lisboa duas reuniões de estudantes (uma

convocada pelo grupo "Ousar Lutar, Ousar Vencer", da Faculdade de Direito, e outra por um grupo de simpatizantes da Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, na Causa Universitária, onde, além de outras propostas, foram aprovadas duas moções exigindo a libertação imediata de José Luís Saldanha Sanches.

Partido Socialista: as declarações de Galvão de Melo

A incompreensão do Partido Socialista é patente no comunicado que emitiu, a propósito das declarações que o general Galvão de Melo fez nos órgãos de informação brasileiros, e segundo as quais "as Forças Armadas não reconhecem a existência de partidos políticos e que os grupos que em tal se elegem o fazem por sua própria conta."

A vida legal dos partidos, contrapõe a comissão política do PS, é uma realidade histórica já demonstrada pelas consequências do 25 de Abril.

As reuniões, em duas consecutivas, da comissão das Forças Armadas com representantes dos partidos políticos, e cedência de todos e delegações por parte das entidades oficiais, bem como outros actos políticos, eram já indícios seguros de uma "clara, legal e aberta vida partidária", segundo o mesmo comunicado, que termina por afirmar a sua esperança de que se esteja em presença de factos isolados, não integrados num processo de entrada à democratização da vida portuguesa.

Sedes: descolonizar é democracia

A permanência das conquistas democráticas foi objecto de intervenção do ministro Murteira, na SEDES, a de uma reunião de esclarecimento da situação actual.

O colóquio foi mantido embaixada membro do governo e os assistentes, sócios da SEDES, discutindo-se o consenso político actual.

O ministro fez referência à troca de impressões com um jornalista suíço, que o põe perante a questão da democratização, socialização e descolonização concomitantes que estão na ordem de trabalhos do Governo.

A democratização é já um elemento concreto, as forças políticas do País, com representação ou não no Governo Provisório, e os grupos marginais, estão interessados no processo.

"Há um processo de democratização em curso, que é reversível, que não permite voltar atrás", referiu o dr. Murteira, proseguindo análise dos sentimentos do povo português, durante a interrogação acerca do seu destino. "As pessoas sentiam a necessidade de vencer a grande humilhação que todos sentíamos, uma necessidade que Portugal não só resolveu os seus problemas mas também assumiu um papel construtivo, eficaz e progressivo na ordem internacional."

"Uma questão que vai ser posta ao país é a de saber-se se estamos interessados em ingressar sem reservas no Mercado Comum", proseguiu o dr. Mário Murteira, "o que é um problema complexo, que envolve muito reflexo. Pessoalmente, muito errado que o país se encaminhe para uma absorção incondicional, o que não quer dizer que não seja por outra fórmula de selo."

Quer-me parecer que alguns países interessados em entrar de Portugal no Mercado Comum, independentemente do problema da descolonização.

Partido Trabalhista: contactos com os partidos africanos

"TEMOS estado a fazer um trabalho de base", afirmou-nos um dos responsáveis pelo Partido Trabalhista Democrático Português, o quarto agrupamento político a ser formado. "Em vez de actividades de rua, com cartazes, panfletos e murais nas paredes, preferimos debater-nos sobre problemas fundamentais da vida nacional."

A banca, a economia e as negociações com os movimentos nacionalistas africanos são temas que o Partido Trabalhista considera entre os mais importantes. A condução das negociações que se estão a desenvolver entre o governo português e os representantes do PAIGC e da Frelimo, foram objecto de apreciação por parte do nosso interlocutor, que afirmou não estar o seu partido inclinado a aprovar incondicionalmente a actuação do ministro dos Negócios Estrangeiros.

"Não nos parece a pessoa indicada para os contactos que são, afinal, de portugueses com portugueses", protestou o porta-voz do PTPD, "já que o idealismo político do ministro poder chocar com

as directrizes governamentais para as negociações."

Quanto às actividades mais notórias do Partido Trabalhista, foram-nos apontadas reuniões e aproximações ideológicas com os grupos políticos das colónias. Tais contactos traduziram-se já pela integração no PT do agrupamento UNA, União Nacionalista Angolana, que, segundo o mesmo informador, conta com 550 mil aderentes naquele território. Depois de duas semanas de trabalho, em que foi repetidamente autorizado o presidente da UNA, eng.º Angelino, o partido angolano decidiu integrar-se como filiado do PT.

Por outro lado ainda, estão em curso diligências para ser criada uma delegação do PT na cidade da Beira, em Moçambique. A actividade política dirige-se também para outros agrupamentos como o GUMOC e o PT já estabeleceu contactos com a dra. Joana Semedo, que "embora dissidente daquele partido tem muito interesse como pessoa esclarecida que é e bem dentro dos problemas actuais de Moçambique".

P.P.D. : 1.º Congresso em Outubro

Proseguiram nesta semana as reuniões de esclarecimento promovidas pelo Partido Popular Democrático. Assim, houve reuniões amplas em Vieira do Minho, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Beja e Azéite, além de reuniões de trabalho em Lisboa, Porto, Coimbra-Faro, Évora e Setúbal.

Segundo pudemos saber, a semana passada ficou marcada por contactos preliminares do PPD com partidos políticos estrangeiros de linha social democrática, contactos estes que prosseguirão no fim do mês.

Também iniciaram as suas actividades os grupos de estudos

nacionais do PPD, em matéria política interna, política externa e economia e finanças.

Entrou finalmente em actividade a comissão central de admissão de filiados, que examinará em segundo grau a exactidão das afirmações dos aderentes, e sobretudo a sua não relação com o regime fascista depositado. Integram-se nessa comissão, entre outros, os democratas Ariar Santos Silva (pai) e Olívio França (pai), do Porto, Figueiredo Dias e Barbosa de Melo, de Coimbra.

Entretanto, parece que a comissão política do PPD aponta para a realização em princípios de Outubro, do primeiro congresso nacional do PPD.

PARAR E TRAÇAR METAS

A MESA-REDONDA que publicamos neste número (págs. 17 e 18) dá conta do bom ambiente internacional que, actualmente, Portugal encontra no estrangeiro.

Haverá ainda quem tenha dúvidas, quem esteja incerto quanto ao nosso futuro, quem receia que não obtenhamos a estabilidade socio-política indispensável para um desenvolvimento acelerado. Haverá também, no estrangeiro (como dentro das fronteiras portuguesas), quem deseje que se torne impossível a consolidação de uma vida democrática em Portugal, quem tenha interesse (económico, por exemplo) em que as coisas por cá corram mal. De um modo geral, no entanto, o acolhimento internacional ao novo regime português é francamente positivo. Detecta-se uma incontestável simpatia em muitos países (o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética é aspecto importante a assinalar) e existe por parte dos Estados mais desenvolvidos uma forte vontade de nos ajudar a recuperar o atraso em que o regime anterior nos deixou.

Esta receptividade, contudo, só perdurará, se a alicerçarmos e alimentarmos. Tanto no plano internacional como no interno, depois de dias ou semanas de compreensível alegria e vibração, a adesão só se mantém se for cultivada no plano intelectual. Não basta provocar a participação emocional; é preciso, depois, cimentá-la, através de razões válidas e de actuações coerentes.

Quando da posse do Governo Provisório, foi publicado um programa de actuação. Esse programa está redigido em termos demasiado vagos e necessita ser concretizado. Não podemos continuar por muito tempo sem uma política interna e externa bem definida, nem permanecer até às eleições à mercê de uma resolução casuística dos problemas que vão surgindo. As repartições públicas não podem ficar paralisadas, as embaixadas têm de receber instruções, a máquina do Estado deve funcionar sem contradições.

Todos estamos conscientes da enormidade de tarefas que o Governo Provisório enfrenta e das dificuldades de arranque e andamento de uma coligação como a que neste momento ocupa o poder em Portugal. Chegou, todavia, o momento de os membros do Governo pararem por três ou quatro dias a maratona de audiências e de Conselhos de Ministros em que se deixaram envolver e, primeiro nos respectivos Ministérios, depois em conjunto (a seguir com o Conselho de Estado, que não o esqueçamos, também ocupa o poder), traçarem as metas concretas que pretendem atingir até Março de 1975.

JOSE MARIA MARTINS SOA

MORREU. Morreu durante a noite, inesperadamente da Natureza ou da Providência, pode a revolta de quem era dele amigo fraterno, perdido dele no pensamento profundo e na acção política, o melhor do que a mim evocar o papel que poderia vir a desempenhar num Portugal renovado. Mas esta ação de intima, diária, discutida e lealíssima colaboração profissional com ele como advogado, permittem-me exprimir desta forma o último e conhecido abraço.

Superaram, os seus dotes de inteligência e capacidade profissional eram menos significativas da sua personalidade do que a coragem e o desejo de coerência. Frantzini, era corajoso físico e moralmente. Marcado no origem e formação como grande burguês, foi-se empenhando, em busca de coerência íntima, por outros caminhos mais exigentes e rigorosos como mostrou a actividade que nos últimos dias de vida desenvolveu pela intermediação de Saldanha Sanchez, a exemplo do que, nos tempos mais duros do passado, tinha feito por Sebastião Lima Rego e outros.

O homem novo em que ele se estava a transformar era diferente daquele que escreve estas linhas; e talvez a nossa amizade nunca se rompeu até aos últimos dias. O tempo permite a quem não se situa do mesmo lado, dar-lhe de fundo da alma: Vives, José Maria, aos seus amigos.

ANDRÉ GONÇALVES

Luta de classes, prática política e organização (II)

César Oliveira

10. Há que situar a consciência de classe das classes trabalhadoras portuguesas em dois planos distintos, ainda que altamente interdependentes: no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal e nas táticas políticas dominantes na "oposição" portuguesa nos últimos anos.

É evidente que tais táticas políticas dominantes decorrem da "leitura" que foi sendo feita da sociedade portuguesa e em conjunções nacionais e internacionais determinadas.

Será porventura pertinente que comecemos por analisar a tática política geral das "oposições" portuguesas e tentar descrever, nessa análise, o que foi correspondendo às modificações operadas na sociedade portuguesa.

Ausência duma consciência de classe revolucionária

Como é sabido não cabe, no contexto de uma série de artigos para um jornal, produzir longas e exaustivas análises. Apenas se pretende fixar alguns pontos que possam servir para uma discussão que se quer pública e alargada. Explicar as razões que determinaram a inexistência duma consciência de classe revolucionária é, pois, por ora, o nosso objectivo.

11. Os anos trinta foram marcados em Portugal por três factores, extremamente importantes: a) consolidação do corporativismo e do fascismo português alicerçado no apoio de um sistema de alianças das burguesias nacionais; na destruição sistemática de qualquer expressão organizada ou reivindicativa das classes trabalhadoras; na política do condicionamento industrial (que no fundo impedia o crescimento do operariado e o predomínio das relações sociais capitalistas) e na organização massicada da exploração das riquezas e da mão-de-obra dos territórios coloniais.

b) progressivo desaparecimento do predomínio do anarco-sindicalismo no movimento operário português, mormente após a repressão que se seguiu à tentativa de greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 — os atentados à Casa de Espanha, ao Rádio Clube Português e a Salazar em 1937 são já um acto "quase desesperado" dos anarquistas. Coincidiu com a perda de importância do anarco-sindicalismo o triunfo da "linha política da frente popular" contra o fascismo (Diminuiu em 1933) que sucede à palavra de ordem "classe contra classe" (que tão maus resultados produziu na Alemanha). Quer dizer a alternativa política ao anarco-sindicalismo que se tornou dominante no movimento operário português pôde construir-se na aliança das forças democráticas contra o fascismo. A tradição de uma luta genuinamente proletária existe-se ao fundarem os anos trinta.

c) consolidação na Europa do fascismo e do nazismo e derrota em Espanha da possibilidade de uma revolução socialista com o consequente triunfo do fascismo espanhol.

O ecodir da segunda Guerra Mundial acentuou a necessidade da união de esforços de todas as correntes "democráticas" e a certeza do triunfo dos Aliados veio permitir, em Portugal, a aproximação progressiva entre várias expressões políticas "democráticas".

12. Em Setembro de 1945 Salazar toma consciência do isolamento em que ficara com a vitória na guerra mundial das forças democráticas. Num discurso que colheu de surpresa a grande maioria dos políticos portugueses Salazar promete ao país uma consulta democrática de modo a ser escolhido, pelo povo português, o regime político em que queria viver.

O M. U. D. (Movimento de Unidade Democrática) que em parte se situa na continuação do M. U. N. A. F. (criado anos antes

mas com pouco fixo) é a expressão não apenas da "resposta dos "democratas" ao desafio lançado por Salazar como também o espelho da imagem da resistência popular na Europa ocupada pelos exércitos nazis.

O M. U. D. foi o maior movimento organizado de massas criado pelas forças de oposição ao fascismo salazarista.

Beneficiando da euforia da derrota dos regimes totalitários, dos acordos de Yalta (afastamento da hipótese de uma tentativa na Europa Ocidental de uma revolução socialista, com a criação das zonas de influência) dos sofrimentos que a "candonga", o "mercado negro" e o racionalismo tinha acarretado para a população, o M. U. D. congregou, na generalidade do país, massas populacionais consideráveis e todas as forças políticas — os próprios anarquistas participaram do M. U. D.

O fundamental dos objectivos políticos do M.U.D. centrava-se na conquista das liberdades fundamentais, na exigência de eleições livres, através de uma aliança política, por estes objectivos, das classes trabalhadoras, da pequena e média burguesia e de todos os portugueses "honestos" e de "boa-vontade".

No contexto histórico de 1945 e face ao desenvolvimento das forças produtivas em Portugal não pode deixar de considerar-se adequada e correcta a situação do M. U. D.

A acção e a linha política do M. U. D. estende-se, assumindo outras formas até meados da década de 1950 e congregou até ao início da guerra-fria a grande massa dos anti-fascistas portugueses. Quando da candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República é bem claro, na sua proclamação ao país, "o apoio à média e pequena burguesia pelo embaraçamento do crédito".

O M. U. D. juvenil foi porventura a última manifestação do espírito do M. U. D. (agora já no contexto da guerra-fria) e deve considerar-se como a expressão mais alta actual dos movimentos clandestinos da juventude portuguesa.

13. Entretanto a burguesia portuguesa não dormia mesmo após o fascismo ter destruído as possibilidades abertas pelo

M. U. D.

O ministro Ferreira Dias lança o alarme ao denunciar o atraso económico-social; esta denúncia encontra-se na "lei de fiscalização do país" que trataremos de restaurar do rod rotovivista nacional, na criação da Saor, da Mabor, na melhoria dos portos de mar, no acelerar do processo corporativo etc. etc. enfim, na criação de certas infraestruturas fundamentais para, no início dos anos 50, ser viável o 1.º Plano de Fomento Nacional.

O período que se estende de 1945 a 1968 é marcado pela luta, nem sempre detectável e extremamente complexa, entre a burguesia industrial esclarecida apoiada num capital financeiro crescente e a burguesia latifundiária e conservadora apoiada por sectores económicos cujo destino histórico era, como foi, a desconfiança progressiva.

A crise político-social aberta em 1956 e até encerrada, com ferros represso, em 1963, e o início da Guerra Colonial o início da emigração maciça para a Europa, o aprofundar da crise da agricultura e a busca de uma mão-de-obra barata e dócil pelo capital estrangeiro, aceleram no princípio dos anos 60 as transformações das estruturas económicas e sociais do país.

Tais transformações aduziam-se pela implantação, de novas indústrias e pelo desenvolvimento de companhias e empresas já com dimensão, no crescimento urbano acelerado da zona de Lisboa e da zona litoral do país, no crescimento progressivo da classe operária e na diminuição da população rural (emigração e maior oferta de emprego na indústria) na ligação à actividade económica nacional a sistemas de integração económica da Europa (E. F. - T. A.).

A Guerra Colonial facilitou este processo de evolução do desenvolvimento industrial ao permitir que as burguesias portuguesas se sentissem "acudidas" e apelassem para os investimentos estrangeiros, para a implantação gradual das multinacionais. Portugal transforma-se assim num país colonizado e ao mesmo tempo colonizador e sobretudo, num Estado imperialista em África, do império luso.

Ao chegar ao poder, Marcello Caetano trazia uma nova fase no processo do desenvolvimento do capitalismo português (Rogério Martins, Xavier Rodrigues de Sá Salgueiro, etc., são as respostas a esta nova necessidade); mas tal tentativa resulta apenas num breve episódio logo interrompido, ao plano político, por uma retomada, cada vez em maior escala, de uma política repressiva e cada vez mais violenta. De facto a "revolução na consciência" não era alternativa às contradições que se agudizavam no seio do bloco social dominante e cada vez mais a tônica da acção política marcelista se foi acentuando na consciência.

A crise aberta pela Guerra Colonial afetou profundamente o apoio político do capitalismo ao fascismo português, alargou-se às próprias Forças Armadas, cansado por uma guerra que, inicialmente, tinham considerado militar e ao desprestígio.

O dilema: ao apoiar um regime

que levaria o capitalismo português a perder posições em África ou na Europa ou apoiar uma alternativa política ao fascismo que permitisse a salvaguarda dos seus interesses, colocava-se como muito pertinente há longo tempo aos sectores mais esclarecidos e dinâmicos do capital industrial e financeiro (Champallimaud, Bulhosa, etc.). António Champallimaud vê mesmo censuradas entrevistas na imprensa diária portuguesa.

As Forças Armadas resolveram também, em 25 de Abril, este dilema.

14. Foram bem poucos os momentos de expressão colectiva de movimentos autónomos da luta das classes trabalhadoras portuguesas desde o fracasso da greve geral de 1934.

Com excepção das greves de 41/42, das greves de 58/59 que acompanharam o processo da eleição presidencial, da greve dos trabalhadores rurais que começou no Alentejo e alustrou ao Ribatejo em 62/63, pouco há, de facto, até 1969/70, a afirmar uma prática social e política dos trabalhadores portugueses.

A nível sindical, salvo um esforço de conquista dos sindicatos no período das sequências do M. U. D. estes estiveram inactivos até 1969 no âmbito de burocracias-ligadas do fascismo e do capitalismo.

A oposição reduzida aos actos eleitorais

A prática dominante das oposições cifrou-se, quase sempre, pela preparação de actos que tinham carácter de actos eleitorais em que apareciam sempre — quase sempre em distritos locais — candidaturas democráticas, lideradas pelas mesmas personalidades. Basta percorrer a imprensa neste período para verificarmos a veracidade da afirmação.

Até 1969 foi sempre o grande sonho da renovação do M. U. D. que permitiu às aspirações destas candidaturas; isto é sempre se pensou que a intervenção política da oposição democrática se prolongaria para além dos "actos eleitorais", arrastado com ela sectores da população e da população (o fracasso do M. U. D. é um exemplo claro deste "sonho").

No entanto esta intervenção política, pública e organizada (para as transformações operadas no país a partir do final da segunda Guerra Mundial; de facto até 1969 a expressão política da intervenção democrática realizou-se sempre na base de uma aliança frentista que fazia "através" num mesmo "carro político" forças sociais com interesses políticos que não coincidem. Essa política frentista baseava-se essencial na luta pelas liberdades fundamentais, pela realização de eleições livres, impediu a clarificação política no terreno da luta de classes em Portugal.

É verdade que as condições altamente repressivas e condicionadas, em que decorria a luta política democrática em Portugal impediu facilmente a adopção de outras linhas políticas.

Como o trabalho político

clandestino não era susceptível de chegar a grandes massas da população trabalhadora esta apenas percebeu, quando percebeu, uma linha política que pouco fidelidade no dia-a-dia, que não respondia à sua situação concreta, que não a pugnava no caminho do advento da formação de uma consciência de classe. Daí que a apresentação de candidaturas não fosse continuada por uma luta política global.

Por outro lado como o fascismo reprimiu para as classes trabalhadoras a destruição sistemática das condições que poderiam conduzir à constituição de uma memória colectiva de classe, as classes trabalhadoras portuguesas viram-se "acudidas" de uma tradição de luta proletária e a expressão política e pública das oposições democráticas em nada facilitou a formação, junto de uma consciência jovem a crescer, de uma consciência de classe efectiva e actuante: as classes trabalhadas não conseguiram quer pela importância de condições para esse fim quer pela sua recente formação autonomizar a sua luta do sistema de alianças com a média e pequena burguesia veiculada através das candidaturas.

Se nas décadas de 40 e 50 tal aliança correspondia a uma situação objectiva no processo do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, a oposição democrática não teve depon em conta, ao seu conjunto e na década iniciada em 1968, as transformações que passou a sociedade portuguesa e que deveriam corresponder noutras opções políticas ou pelo menos, a reformulação das razões que levavam a manter o mesmo tipo de alianças. Sem pretendemos conhecer todo o material político publicado, parece que o "Rumo à Vitória" de Alvaro Cunhal e o "Abandono da Aliança Operária-Camponesa" de os melhores documentos produzidos e onde a análise marxista atinge aqui expressão elevada.

15. Em 1969, em Lisboa, foi possível no entanto, pela primeira vez em Portugal, tornar pública uma clara opção socialista, discutida amplamente nas bases do movimento CDE, alargada à oposição democrática e até às reuniões de discussão política.

Tal facto foi possível na presença de uma rotura até ali sempre mantida: referimo-nos à separação da oposição democrática CDE/DI e da oposição democrática veicular publicamente uma opção que se pode traduzir assim:

- opção socialista para Portugal a decorrer de uma análise da sociedade portuguesa
- Democracia de base
- discussão alargada dessa mesma opção socialista a sectores profissionais alargados e diversos.

Não interessa discutir os erros que a seguir se cometeram ou os impasses a que chegou uma parte dos militantes que se bateram pela orientação da CDE/1969 ou ainda os dilemas do que algúem chamava "democracia de base".

Interessa, no fundo, verificar que a orientação seguida dizia respeito às transformações socio-económicas produzidas em Portugal e a partir de então foi possível não apenas a conquista de numerosos sindicatos corporativos

por militantes socialistas e anti-fascistas, como também a generalização de processos reivindicadores do operariado (lutas de linha), trabalhos nos distritos do fascismo pela agitação da luta contra a crença de vida pelo aumento de salários, etc.

Do mesmo modo os grupos políticos de linha, trabalhadores de esquerda revolucionária ali surgiram em Portugal a partir de 1969 por acaso nem muito menos por provocação e, de facto, o seu aparecimento correspondia a necessidades da população que alcançavam satisfação no quadro do tradicional sistema de alianças de classes da oposição democrática.

Inexistência de coordenação de uma luta maciça das classes trabalhadoras

Se ao processo de desenvolvimento das forças produtivas em Portugal correspondes e efectuou crescimento da classe operária dos trabalhadores assalariados (hoje cerca de 2/3 da população activa portuguesa) não é uma verdade que as condições gerais da luta democrática e revolucionária em Portugal não foram susceptíveis de contribuir para dotar as classes trabalhadoras de condições que permitissem o advento de um movimento de classe, uma consciência de classe; esta consciência é o único modo de sustentar uma prática política organizada, ao nível do aparelho produtivo que permita a transformação, a médio e longo prazo, mas radicalmente diversos das forças políticas burguesas, poderia coordenar e fazer a síntese política da luta social que os melhores documentos produzidos em 1974 se generalizaram um pouco por toda a parte.

16. Após o 25 de Abril é esse o aspecto que resulta a ausência de coordenação e de sinerise de uma luta maciça e veiculosa das classes trabalhadoras portuguesas, expressão numa enorme capacidade de movimentação de luta dos trabalhadores portugueses.

A falta de uma consciência de classe política, o carácter desconexo e anárquico de grande maioria das greves e das movimentações reivindicatórias associadas ao por isso, não nos permitem afirmar: inexistência de uma consciência de classe no plano mais colectivo e geral ausência de organização nas fábricas, nas empresas, nos locais de trabalho integrado numa política global e globalizadora; isto explica também a incapacidade de definir uma prática política autónoma que permita o avanço para o socialismo, para a revolução, que também as práticas aventurosas sem implantação nas classes trabalhadoras.

17. Faltou pouco responder à questão: "Que consciência de classe? Que organização? Qual o papel da "inteligência revolucionária" e como se podem articular a prática política dos trabalhadores?"

Ferreiras não responde em próximo artigo a estas questões.

Artigo de Domingo Manuel Megre

Tópicos para uma tomada de posição

Domingos Manuel Megre

ALGUNS AMIGOS têm tentado o meu silêncio na presente conjuntura. Aquilo que eu, como jornalista, podia dizer de mais válido, é que tudo foi tão rápido e tão autêntico no dia 25 de Abril que logo me senti realizado, o que foi o meu empenho e luta de muitos anos. De qualquer modo, e embora sem pretensão a obter polémica, mas com profundo empenho na política, penso que não devo continuar a expectativa e talvez agora tempo de fazer uma análise do que foi e se espera possa vir a ser, para o povo português, o movimento do 25 de Abril, análise que, dificilmente, poderá ser original, tanto foi já dito e escrito sobre este acontecimento de importância decisiva na nossa vida colectiva.

Creio, no entanto, que toda a participação no esforço de esclarecimento e de tomada de consciência acerca do grande momento que estamos começando a viver, é imperioso não só e de quantos, na realidade, estiverem que participaram a ser hoje uma responsabilidade e um dever cívico para o exercício da cidadania.

Exemplaridade do 25 de Abril:

A primeira coisa que importa dizer é ser não o Movimento das Forças Armadas um movimento exemplar, uma alta lição de pedagogia cívica.

Movimento das Forças Armadas, portanto, simbolizando a força, só foi ela, porém, utilizada na medida em que, precisamente, tinha de derrubar um regime de força, e, para além disso, não ouviu ela ainda necessidade para impôr aquelas condições de diálogo, de liberdade, de paz no respeito mútuo, durante 48 anos sucessivamente iludidas e postergadas.

Foi ainda essa força que abriu, com autenticidade plena, sem concessões ou sublinhos maquiavélicos, a via larga e pacífica da democracia, mas fazendo-o com o simultâneo desmantelamento de todos os organismos repressivos do antigo regime e com a natural reintegração, na própria cidadania, de quantos essa repressão aterrorizante para o exílio ou para a cadeia.

E continuou ainda a ser essa força, mas sempre utilizada como meio de repór em exercício um verdadeiro Estado de direito, que tornou possível estruturar, em termos de gestão provisória, um conjunto de órgãos que, em prazo curto, devem permitir ao país instituir um regime verdadeiramente democrático.

Esta exemplaridade do movimento do 25 de Abril expressou-se, afinal, na autenticidade dos seus propósitos como da generalidade das medidas tomadas pela J. S. N. ou pelo governo provisório vindo, por aí, a reconhecer-se o exercício do poder com as condições da sua própria legitimidade, na medida em que começou a resolver ao povo a consciência do seu destino e da sua participação no governo de si próprio.

Este reconhecimento com a legitimidade, através da destruição de uma legalidade meramente formal, parece-me ser um aspecto muito importante na caracterização do processo democrático em curso e cujo respeito profundo tem de marcar toda a evolução futura das instituições.

Reabilitar a participação:

Como é natural, o movimento do 25 de Abril tomou de trazer consigo, e trouxe, um apelo à participação do povo português nas tarefas do Portugal novo a edificar. E essa participação, fundada na liberdade de expressão, de reunião e de associação, tinha de vir a ser ao plano reivindicativo onde, como era natural, saudável e justo, deviam afirmar a sua presença as forças do trabalho, até aí marginalizadas pelo aparelho político-corporativo que não lhes consentia do que «participarem na construção de uma ordem económico-social a que eram alheios».

A muitos pareceu demasiado forte e generalizado o processo reivindicativo que se desencadeou, facto que, no capítulo 4, analisaremos. Para já, importa reconhecer que ele teve o memento extraordinário de fazer a denúncia de uma situação essencial em muitos casos anarquizada e, de qualquer modo, tornou irreversível um facto conhecido, às vezes sentido, mas sempre marginalizado — o de que, quaisquer que seja o tipo de sociedade, a edificar nada é possível fazer hoje de válido sem a participação activa, e a todos os níveis, das forças trabalhadoras.

O problema da Guerra:

O desbocamento da condicionalista guerra colonial, sem dúvida, uma etapa essencial na evolução da nova ordem política.

Até 25 de Abril, a única «saída» que havia para a guerra era, na razão directa da crescente pressão da guerrilha, a intensificação desta mesma guerra, sendo evidente que uma tal escalada tinha necessariamente de conduzir a uma catástrofe.

O problema é, e todos seremos disso plena consciência, muito complexo, e não se se a estranha em curso conseguiu hoje, resolver uma situação que, 14 anos de cogitação, agudizaram de forma gritante, deixando ainda uma sequência de compromissos e embaraços que importa ter em conta.

As pessoas estão, no entanto, movidas para um diálogo que se sabe ser difícil, mas que é também necessário e, por outro lado, as soluções a encontrar, sendo as possíveis, espera-se sejam as que melhor assumam e respeitem os diversos interesses em causa.

Neste particular, e quando está em pleno desenvolvimento uma política de contactos de todo irreversível, não parece que valha a pena ir mais longe na teorização de contras ou soluções que a realidade está, efectivamente, deixando para trás.

A situação económica:

O 25 de Abril teve lugar num momento particularmente delicado da nossa conjuntura económica. E, como é natural, pelo paragem que tinha de impor a normalidade funcional pelas defesas que desencadeou ao nível de estruturas desde logo postas em causa, e pelo processo reivindicativo aberto, por tudo isso, tal conjuntura tinha de sentir-se e tinha de acusar os sintomas, almas já bem evidentes, da sua fragilidade.

Chamadas de atenção se têm ouvido de todos os lados com apelos à moderação, à calma e à compreensão, o que, aliás, até pode citar certo, embora pense que seria impossível fazer um 25 de Abril e tudo se passar como se nada tivesse acontecido. Seria impossível e seria, a longo prazo, efectivamente f, por isso, tudo aquilo que for alienado do que se deve exigir a uma consciência responsável perante a fidelidade da nossa situação económica e se refugie no alarmismo, no boato, na calculada e traçadora hesitação, tudo isso deverá ser tomado como manobra diversiva e reaccionária, usase sempre alicerçada no domínio do poder económico, não é sendo menos, no outro extremo, o insofribível da ultra-resistência revolucionária.

Passado esse ponto de partida, importa notar que, o terror criado pelas reivindicações dos trabalhadores teve, sobretudo, razão de ser, no plano a que elas foram lançadas como reforço da tendência monopolista das grandes empresas, e em «rejuvo das pequenas e médias, por muito indefinida que seja a caracterização destas últimas».

No entanto, aquilo que parece fundamental numa perspectiva realista, e se for possível encontrarmos soluções eficazes de a P. M. E., é que a posse reactiva não se podia nem devia consistir em certos limites, já que eles se situam no plano da justiça distributiva, e da defesa de condições base de sobrevivência das classes trabalhadoras.

Isso tem de se aceitar até no sentido da alteração necessária das linhas de força do poder económico, ainda quando se tenha a consciência de que, dentro embora desses limites, e em face de realidades da zona estrutural económica, eles já em muitos casos ficam perto ou estão para além das possibilidades reais de muitas empresas.

Articular, no entanto, em afirmar que, pelo lado da simples pressão salarial, ainda as empresas poderão encontrar uma via válida desde que tenham cumprido os serviços prometidos com a realização dos mesmos factores que, além do trabalho, intervirão na determinação da capacidade económica global de qualquer empresa.

Ao contrário — e isto constitui uma chamada de atenção muito séria — o que poderá ser dramático é se, ao factor reivindicativo se vier somar uma situação de crise ao nível da utilização da capacidade produtiva por falta de resposta ao reflexo indutor de crise económica em sectores complementares.

Aqui se exige, na realidade, um esforço desmesuradamente dramatizado, aqui se exige, por outro lado, sobeço írio para resistir ao sortilejo ideológico do radicalismo das grandes reformas, as quais, impostas a insperança de todos os da sua temporária substituição, acabariam por criar vazios económicos dificilmente colmatáveis.

O problema é, todoo o sabemos, extremamente complexo, tendo quando o surto inflacionário se agigante de modo a não se agigante a tomar, mesmo quem sabe ter de viver com a situação, trazem sempre consigo alguma coisa que pode contrariar o desenvolvimento produtivo, em todo o caso em dos melhores resultados contra essa mesma inflação.

O quadro político. A via socialista:

Em 25 de Abril fez-se a revolução. Com o manifesto das Forças Armadas fixaram-se as linhas definidoras do programa geral do movimento. A J. S. N. assumiu a representação política provisória até à nomeação do G.P.C., divulgando a imagem da nova ordem de coisas.

O G.P.C. passou a deter o poder no interregno até às eleições constituintes dissociando o quadro militar da acção política directa, ainda que um dos membros da J. S. N., como Presidente da República, ficasse a ser a primeira autoridade em termos de comando hierárquico. No respeito embora do M. F. A.

O Conselho de Estado veio completar a estrutura do governo e, englobando membros do M. F. A., da J. S. N., e elementos civis de reconhecido mérito, bem se compreende detenha os largos poderes de controlo consignados no art. 13.º da Lei 3/74.

O quadro institucional que fica desenhado caracteriza bem a fase transitória do novo regime em formação a qual aponta para um equilíbrio necessário mas difícil entre objectivos a alcançar e medidas desde já a pôr em prática, objectivos que só podem exprimir-se em plano, uma vez institucionalizado o regime, medidas que, no entanto, importa tornar efectivas para que não pare a vida do país, se consolidem as liberdades conquistadas e se apoie já para um caminhar claramente renovador.

Olhando, agora, para o quadro das formações partidárias que se associam e tendo como assente a identidade básica com o programa do MFA, aquilo que ressalta de mais evidente é, dentro dos grupos

que podem ser tidos como deminantes, o reclamarem-se todos de uma via socialista.

Socialismo de tipo marxista (P. C.), Socialismo «semi» comunitário (P. S.), Socialismo na liberdade (Sedés), Socialismo evolutivo e sereno (Social-democracia — P. F. D.), em uma tónica geral mas cujas linhas de definição ou separação, excluindo o P. C., nos aparecem ainda pouco claras, embora a «carga» socialista seja menos acentuada na social-democracia, como é evidente.

Mas é bem claro que a afirmação da via socialista não chega, por si, para caracterizar uma estrutura de Estado socialista, podendo perguntar-se se é legítima e não constituirá antes um factor de confusão deliberada (arrimo de estratégia), a via socialista ou socializante (o que talvez não seja o mesmo) de uma social democracia.

É evidente que não é fácil em poucas linhas — e este artigo já vai longo — equacionar um problema destes. De qualquer modo, eu penso que a via socialista fica aberta quando se sai de uma perspectiva puramente liberal para entrar num caminho de democracia social, em que a propriedade privada não é já um valor absoluto, em que as nacionalizações possíveis não são defendidas ou condenadas por rígidas questões de princípio, em que a intervenção do Estado na economia pode e deve ir tão longe quanto o exijam não só as próprias naturezas de certas actividades como de certas exigências de igualização social, e assim por diante.

Isto significa afinal — porque acima de tudo temos de ser coerentes — que a via socialista só pode percorrer no tempo e na intensidade, com maior ou menor rapidez, com

maior ou menor força, se quisermos, com maior ou menor autenticidade em relação à sua plena ortodoxia: é que o projecto socialista português (como qualquer outro projecto, aliás) tem de ser compatível com a realidade portuguesa no tempo, nas suas potencialidades, nas suas limitações e no seu apoio sobretudo aos fins mais que ao meio da vida socialista.

E não seria através da social democracia que se poderia realizar com maior autenticidade esse projecto socialista em Portugal, permitindo salvar o essencial das enormes virtualidades sem se comprometer em esquemas rígidos de fria imposição ideológica? Revolucionismo socialista? Talvez, mas não por traição ao socialismo, cuja nostalgia me interpela, antes, porventura, por diversa avaliação da sua inserção no quadro do nosso vida político-social.

Osellho, Jacinto do Prado

Actualidade política do Ambrósio das Mercês

Jacinto do Prado Coelho

O "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" de 8 de Junho deu-me a conhecer a Declaração de Princípios dum novo partido: o Partido Democrata Socialista. Lendo com ávida atenção o texto, lembrei-me de conceitos não muito recentes, como o de "Estado Social", o de "espírito profundamente português", o da "nova maneira portuguesa", o de "nosso mundo", etc. O que, na verdade, pretende o Partido Democrata Socialista é um socialismo humanista que não se sabe ainda o que será: "A nossa sociedade — diz a Declaração de Princípios — será aquilo que o povo for e os seus objectivos deverão ser fixados de acordo com o carácter próprio do povo lusitano". Para já, o socialismo do novo Partido fomenta curiosamente a livre iniciativa e a concorrência: obriga "a acção do jogo económico da livre iniciativa e da concorrência que, tão susceptíveis de salvaguardando a liberdade individual e colectiva de criação e de acção, preencher lacunas e serem tal motor de progresso". As intenções são tão transparentes que não merecem comentário. Mas, ao Princípio IX, um naco profundístico de filosofia política obrigou-me a reflectir mais detidamente. "Qualquer sociedade estabelecida conhece uma certa forma de entropia, traduzida pelas forças sociais de degradação segregadas. O Partido reconhece que estas forças reaccionárias não devem ser combatidas pela

violência mas, ao contrário, recuperadas. Elas são motor de tensão e de contração e, como tais, factores de progresso e de dinamização social". Parece-me que já lera algumas esta primorosa justificação da "recuperação" das forças reaccionárias em que se empenha o Partido Democrata Socialista. Percorsi mentalmente os nomes de filósofos políticos a quem deve algumas luzes, busquei, matelei, e, finalmente, achei: era o Ambrósio das Mercês, sim, o Ambrósio das Mercês, de cujas Memórias se compõe um romance esquecido de Aníbal Soares, publicado em Lisboa, 1903, e cujo título é precisamente o nome do nosso herói.

Ambrósio, fingidamente humilde, escrupuloso, encarna o arranjo hipocrita da sociedade do seu tempo. Entrou, a modo, no "Grémio dos Livres Pensadores", grupo clandestino de revolucionários insensíveis, que não querem também comprometer-se. Entretanto, entre eleições à vista, e o chefe da república da fazenda onde Ambrósio é meretrício ministro. Foi uma condição, claro: Ambrósio terá de militar ao lado dos conservadores que detêm o poder. E o herói soeja, depois de procurar assegurar a escrupulosidade, a consciência. Anota, mas vai justificar-se ao "Grémio dos Livres Pensadores" — e é então que, desenvolvendo elevada argumenta-

ção, surge como grande precursor, se não inspirador, do Partido Democrata Socialista. Vale a pena reproduzir aqui as suas sábias palavras: se "uma nação é, como todas as sociedades, um organismo; nela actuam forças de diversas naturezas" (p. 87), convém aplicar à política o mesmo princípio: "Que forças actuam na organização política dum país? Evidentemente, duas grandes forças opostas: a conservadora e a revolucionária. Digamos cientificamente: a de coação e a de repulção. Estão destinadas bem?" — Na perfeição! — murmurou o Presidente.

— E claro que uma nacionalidade na qual imperasse apenas a primeira petrificava, estacionava e havia de tornar-se, através dos tempos, atarcatória. Quer dizer: a corrente revolucionária é útil e benéfica. Mas — bradai — mas que aconteceria se a mesma sociedade ficasse entregue tão somente a esta força revolucionária, ou de repulção, como me permiti chamar-lhe há pouco?

— Em vez sonora e carregada grito, eu mesmo respondi: — Perdi-se, pulverizava-se, precipitava-se no caos incompreensível e tremendo e da mecânica, é da rudimentar mecânica!

E conclui, logicamente: — Logo, é indispensável a corrente conservadora! E Deus nos livre de que ela venha a anular-se!

(pp. 87-88).

Para ilustrar esta filosofia política, exemplificada em termos do século XX por Ambrósio das Mercês, muitos exemplos da actualidade poderiam servir: na dinâmica social, é tão útil ao país e gorila dum Faculdade como o governante que multiplica boias de estudo, tão prestimoso o dirigente dum Sindicato livre como o empresário da Mesina Percealilha, tão benemerito o garruloso da Frelimo como o fazendeiro que abate um negro imbuído. E, se no mesmo indivíduo ou no mesmo Partido (como típico do Partido Democrata Socialista, que superlucamente concilia o Socialismo e o Capitalismo) se antagonizarem programáticamente se disputarem, tanto melhor, tanto mais patristico e feundo o cocktail.

Lembramos, para terminar, que Aníbal Soares, bom discípulo de Eça de Queirós na observação e no estilo, deu ao seu Ambrósio das Mercês uma sorte adíficente e heróica: conserva um recibo de consciência moral que o levou a ter nojo de si, das suas tirbanas, da sua incoerência, e o conduziu ao suicídio. Eis a sua confissão final: "eu fui da minha causa um terrível instrumento da vontade, dos seus delírios estranhos a justificação dos erros e meretrices que ao meu egoísmo cetero me profestara". Ao menos, não estava tão tamente corrempido.

Mesa Redonda

Duas missões aos Estados Unidos

Jorge Sampaio
e João Cravinho:
ONU
(e Nova Iorque)



Ramos da Costa
e Francisco Balsemão:
Washington
(e NATO)



Págs. 17 e 18

SAMPAIO, Jorge;
 CRAVINHO, João e outros

OBJECTIVOS E RESULTADOS DE DUAS MISSÕES AOS E. U. A.



REGRESSARAM, no passado domingo, dos Estados Unidos quatro personalidades políticas que aí se haviam deslocado, em representação do país, com dois tipos de missões. JORGE SAMPAIO e JOÃO CRAVINHO (MES) estiveram em Nova Iorque, onde contactaram com o Secretariado das Nações Unidas e com chefes das diversas delegações junto da ONU. RAMOS DA COSTA (PSP) e FRANCISCO PINTO BALSEMÃO (PPD) participaram, em Washington, na Assembleia dos Parlamentares da NATO e aproveitaram a estadia na capital dos EUA para conversar com membros do Congresso e do Governo americano.

Pareceu-nos interessante, num momento em que Portugal principia, com certo atabalhoamento, a aproveitar o prestígio internacional que o 25 de Abril lhe trouxe, ouvir os quatro representantes portugueses recém-chegados da América.

A mesa redonda que a seguir transcrevemos procura não apenas abordar os objectivos das duas missões, os contactos efectuados, o ambiente encontrado e as medidas concretas a tomar, mas também dar a conhecer as preocupações e reflexões que os quatro participantes nouxeram das suas viagens.

FRANCISCO BALSEMÃO — Hoje, recentemente, duas vezes aos Estados Unidos, com bandeiolas diferentes, mas quais os quatro elementos integrados. Fureto — nos interessante publicar no EXPRESSO um debate sobre o que por lá se passou. Em primeiro lugar, quais os objetivos da viagem — Nova Iorque?

JORGE SAMPAIO — A ideia inicial, que se cumpriu no decurso da nossa missão, assim chamada, a Nova Iorque, foi tentar uma explicação, tanto quanto possível, ao conjunto do Secretariado dos Estados Unidos e delegações, por várias circunstâncias, sua influência tiveram no processo de constituição portuguesa — dos acontecimentos ocorridos em Portugal com o 25 de Abril e das perspectivas que daí podem advir para a nossa política externa.

F. B. — Foram com uma credencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros? Como se processou a essa nomeação?

J. S. — Fomos na qualidade de enviados do ministro Mário Soares junto do Secretariado das Nações Unidas. E foi essa a qualidade que sempre usámos em todos os outros contactos subsequentes. Falámos com o Secretário-Geral Adjunto e o Secretário-Geral das Nações Unidas não se encontrava ali momentaneamente, com o Adjunto do subsecretário de Estado das Nações Unidas para os Assuntos Africanos e também com a chefe de divisão e secção para os Assuntos Africanos. Ao nível de delegações, fez-se uma escolha, que assentou no «novo critério, em colaboração com o elemento da Missão Portuguesa junto das Nações Unidas, e que se resume no seguinte: os membros permanentes do Conselho de Segurança, que foram todos contactados com excepção da República Popular da China, com quem se tentou um contacto, que não foi possível materializar segundo a nossa interpretação ao não se ficar a dever a uma recusa, mas a razões de ordem técnica, e a países com os quais quer pela sua presença em comissão, nomeadamente o dos 24, quer pela sua presença ou influência regional, poderia haver interesse em trocar impressões. Isto é a síntese da missão e a síntese dos contactos efectuados. Claro, que também há um interesse em apurar as possibilidades e receber a visita da Missão Portuguesa junto das Nações Unidas, no que respeita a uma política de futuro e aos meios necessários para a executar.

F. B. — O dr. Ramos da Costa não fará alguma das objectivas da nossa viagem a Washington?

RAMOS DA COSTA — Antes de mais nada, como é que fomos lá para. A nossa viagem nasceu de um encontro que tive em Copenhaga, um almoço com o ex-primeiro ministro da Dinamarca, em que esteve presente a presidente actual da Assembleia dos Parlamentares da NATO. Ele disse-me que seria interessante que Portugal, — que, na Assembleia, sempre esteve numa situação regular — nos faces dos preceps

que norteiam o Pacto do Atlântico — agora que se deu o movimento do 25 de Abril que libertou Portugal do fascismo, ai estivesse presente, através de representantes dos grupos que apoiam o Governo Provisório. Necessariamente que se levantou um problema: quem são os grupos que apoiam o Governo? São três, mas declaradamente afirmados: Partido Socialista, Partido Popular Democrático e Partido Comunista.

O Partido Comunista, pela sua própria definição e política, nega-se a participar nessa Assembleia (nega-se historicamente, na medida em que nem o Partido Comunista Francês, nem o Partido Comunista Italiano, nem nenhum dos outros partidos comunistas de outros países do Pacto do Atlântico alguma vez participaram nos trabalhos da Assembleia dos Parlamentares). Logo, ficámos reduzidos a dois partidos, que

apoiam o Governo. Em face desta situação, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, entendeu que devia chamar e si a representação de Portugal e foi de algum modo sob o seu patrocínio que nós nos deslocámos aos Estados Unidos. Desta vez fomos recebidos, talvez a certa, em condições mais agradáveis do que certamente foram os nossos negregados representantes do partido único. Fomos realmente ali, desde a primeira hora, de um acolhimento a nível pessoal e responsável. Por exemplo, sendo normalmente composta a Comissão Permanente da Assembleia apenas por um representante de cada país, pela primeira vez, foram dois representantes de Portugal que estiveram presentes na reunião desta Comissão.

F. B. — Há realmente um lugar para cada chefe de delegação e nós tínhamos dois lugares...

Compromissos assumidos

R. C. — Ora, isto não foi apenas uma formalidade protocolar. Traduziu-se, logo a seguir, nas palavras que nos foram dirigidas pelo Presidente da Assembleia, que convidou os delegados portugueses a dizerem de sua justiça acerca do que se tinha passado no nosso país, dos objetivos do Movimento das Forças Armadas e da concretização do regime democrático em Portugal, após um mês de experiência da acção do Governo provisório. Recebemos essa oportunidade com muito agrado, e dissemos efectivamente a nossa esperança, o nosso optimismo realista de que efectivamente, o que se está a passar em Portugal não será apenas um episódio, será um passo decisivo para a construção de um Portugal democrático, desde que efectivamente, se realizem já, dois objetivos fundamentais: que se implante o processo de democratização do País; e que se procure a descolonização, isto é, que se faça a paz e que se dê a independência

que nos é exigida pelos povos das colónias. Estas afirmações foram recebidas com muito entusiasmo por todos os presentes, mesmo em aplausos. É curioso salientar que fomos a única delegação aplaudida, sempre que falámos, coisa que não sucedia com nenhuma outra delegação. Fomos até, corajosamente, lançados a abordar um problema muito delicado, quer pelo carácter confidencial que ainda tem neste momento, quer porque implica matéria estratégica, o que se pode reconhecer é legítimo por parte dos dirigentes militares do Pacto do Atlântico. Simplemente a legitimidade de que se arrogam vem ser dos interesses, neste momento, de portugueses democratas que querem levar por diante a descolonização.

F. B. — Está-se a referir especificamente à defesa do Atlântico Sul e do Índico?

R. C. — Exactamente. Estou a recordar a sua intervenção na Comissão Militar e a minha, depois, na Comissão Política. Não tivemos peias de nos lançarmos, momentaneamente, numa crítica às manobras confidenciais — e preparatórias eventualmente — de uma acção futura — que está-

neste momento a regular-se, no sentido de se criar um plano, contingente é certo, eles dizem assim, de defesa da rota do Cabo de defesa do Índico e do Atlântico Sul.

F. B. — Neste mesmo número do EXPRESSO, nas páginas 20 e 21, sai uma reprodução larga de um relatório de um grupo que claramente esse tipo de manobra.

R. C. — Deven, na verdade, denunciar-se as manobras, e os planos que podem vir criar problemas graves, na medida em que portem de hipóteses que não discutíveis. A hipótese, por exemplo, de que Angola e Moçambique vão cair na esfera soviética e servirão de base de apoio à esquadra soviética no Índico e no Atlântico Sul. Trata-se de meras suposições, e o facto de com elas se jogar, é grave, porque nada autorizado, neste momento, algum a admitir que tais suposições possam entrar na órbita da influência da União Soviética.

F. B. — Por outro lado, parece haver toda uma protecção à África do Sul e aos interesses ocidentais ali implantados, através de posturas de defesa contra a ameaça marxista soviética e da protecção da rota do Cabo.

J. S. — Em síntese, que impressão colheu quanto à forma como os parlamentares da NATO — ou eventualmente a própria organização — vêem a relação entre a posição portuguesa no que toca à manutenção de compromissos assumidos e à descolonização?

F. B. — Os compromissos assumidos em relação à NATO, limitam-se à área do Tratado de Washington, através de posturas de defesa contra a ameaça marxista soviética e da protecção da rota do Cabo. Não é possível, desde que o Atlântico Sul e essencialmente o Índico também estivessem incluídos nos planos de defesa da NATO. O que tentámos pôr em evidência foi que não nos parecia o momento de, a NATO, sendo até

aqui recusado sistematicamente tal alargamento, parecer, agora que se inicia a descolonização portuguesa, querer substituir a presença colonial portuguesa em África por uma acção directa ou por um auxílio crescente à África do Sul. Afirma-se, assim, que a política ultramarina do regime anterior que os países da NATO atacavam aberta e publicamente, em afinal confidencial e discretamente protegida e incentivada. Uma das provas disso, aliás, é, noutro capítulo desse relatório, o que diz do fornecimento pelos países da NATO de material de guerra às Forças Armadas portuguesas para utilização em África, eu fechando os olhos à sua utilização em África.

Quanto à nossas perguntas e afirmações sobre estes aspectos, não houve uma resposta muito clara. No entanto, nós sabemos que a questão tem sido abordada, em parlamentos como o holandês, o norueguês e o dinamarquês, bem como na imprensa internacional e nacional (veja-se o EXPRESSO da semana passada e o de hoje).

Só queria acrescentar, que aproveitamos esta viagem, não apenas para contactos com os parlamentares que estavam na Assembleia e que representam praticamente os principais partidos, excepto os comunistas, dos países da NATO, mas também, já que a reunião era em Washington, para estabelecermos contactos com algumas personalidades da vida política americana quer do Governo, quer do Congresso.

Portugal mudou — e a NATO?

JOÃO CRAVINHO — Gostava de fazer uma observação sobre a introdução do dr. Ramos da Costa. Não deixei de notar que o actual presidente da Associação dos Parlamentares, lhe tivesse dito, em relação a Portugal, que, apesar de ter estado numa situação irregular no seio da Assembleia, hoje em dia, mercê do 25 de Abril, seriam mudadas as circunstâncias, de tal modo que seria com a maior alegria que os novos representantes do povo português poderiam ser recebidos. — Se é certo que isto reflecte o profundo descrédito que o regime anterior alcançou no meio de círculos NATO, que até poderão ser bastante vastos, também é verdade, na sequência do que aqui se disse, que ele estava actuando a contento de alguns outros, que não teriam uma posição tão secundária. Numa visão de conjunto não posso deixar de considerar curioso que uma Associação que se constituiu, pelo menos ao nível dos seus princípios, precisamente para defender a liberdade, não tivesse recusado e não recuse ainda o concurso de regimes que violam a liberdade. Não está em discussão a qualidade da pessoa que fez, estas afirmações e o convite inicial nem porventura o direito que teria de as fazer; sabe-se, aliás, que a Dinamarca pô, por diversas vezes

em causa a situação de Portugal no seio da NATO. Mas o certo é que não encontrou eco suficiente para actuar por meios persuasivos sobre Portugal para que modificasse as suas políticas e o seu regime nem para impedir que a NATO ou os seus membros trouxessem, um importante contributo material à prossecução da guerra em África. E, assim, extremamente precária a posição da NATO, no passado. E, na medida em que suponho não tenha havido, por parte da NATO, uma mudança, mas somente por parte de Portugal, não posso deixar de sublinhar esta questão, com vista ao futuro.

R. C. — No projecto do relatório apresentado por Pierre Dankert à Comissão Económica diz-se que a situação em Portugal, embora inquietante e incerta ainda quanto ao futuro, trouxe vantagens indubitáveis para os países do Pacto do Atlântico. Segundo Dankert, do ponto de vista militar, as tropas, uma vez saídas das colónias, vêm reforçar o dispositivo militar dos países do Atlântico Norte; por outro lado, desaparece o ataque frequente, feito aos países da NATO de fornecerem material de guerra a Portugal, que Portugal por caminhos labínticos desviava para a guerra colonial. Isto, além da vantagem política a que aludiu o

Cravinho, de que Portugal, não tendo insinuações democráticas, estava abusivamente representado na Assembleia. Portanto, dava-se com Portugal o que se está a dar ainda na Grécia.

Note-se que, se a Grécia não é aproveitável para uma representatividade parlamentar, é, todavia, utilizada como associada militar. Alí está a ambiguidade ou duplicidade dos países do Pacto do Atlântico que é preciso ter a franqueza de denunciar. Além disso, quanto à alegada necessidade de uma aliança com a África do Sul, para defesa no futuro contra uma hipótese de implantação da União Soviética nas ex-colónias portuguesas, embora esta operação seja contingente, secreta e confidencial, há uma óbvia contradição. Os países da NATO não podem ter a ambição de meter duas vantagens contraditórias no mesmo cesto. Não podem estar satisfecitamos que Portugal faça a descolonização e se torne um país democraticamente definido, e, por outro lado, quererem uma associação com a África do Sul, que é um país racista e o último reduto dos brancos da África contra os povos que nós queremos descolonizar. As duas vantagens são incompatíveis.

F. B. — Mudando de assunto, quais foram os contactos mais importantes e as pessoas que mais os impressionaram em Nova Iorque?

J. S. — Exceptuando os contactos ao nível de Secretariado, e que foram feitos em conjunto, — eram os primeiros — devíamos seguir o conjunto das delegações. Passei pelas delegações da Argélia, Argentina, Estados Unidos, Zâmbia, Tanzânia, Venezuela, França, Brasil. Para além daqueles países que tem tradicionalmente boas relações com Portugal, e portanto não tinham pela necessidade de as ser desenvolver, teve muito interesse o contacto com países extremamente experimentados em problemas de descolonização, a título pormenorizado de exemplo, a Argélia, a Tanzânia e a Zâmbia. A conclusão fundamental, é de que as relações com Portugal eram impositivas até este momento, dadas as nossas radicais oposições em relação às pedras brutas da política externa desses países. Hoje, existe um ambiente de grande expectativa que pode concretizar-se no domínio dessas relações: a descolonização é um teste decisivo para a nova política externa portuguesa e da forma como ela se fizer, pode vir um reforço das relações exteriores de acordo com os princípios que dominam a comunidade internacional. Parece-me haver um plano de fundo importante quanto à política de descolonização: a expectativa encontrada será rapidamente passada a uma perspectiva muito crítica se houver dúvidas na comunidade internacional quanto à sinceridade da política externa e da política portuguesa em geral.

A totalidade dos países contactados — limito-me a dizer o que ouvi — vai no sentido de que a política de descolonização necessita de ser muito clara quanto à adopção do princípio geral de autodeterminação e independência. E preciso que existam quaisquer dúvidas no sentido da formulação que a maioria dos países dá a esse princípio. No âmbito a autodeterminação era o ponto fundamental e básico no qual a questão da independência aparecia como uma fórmula desejável e possível.

HOJE a autodeterminação surge francamente ligada à questão da independência.

F. B. — É essa a posição oficial das Nações Unidas?

J. S. — A posição oficial das Nações Unidas é complexa. Há um conjunto de resoluções de onde se tiram, a meu ver, estes princípios sem margem para grandes dúvidas. As resoluções mais recentes vão no sentido de associação de autodeterminação/independência. Todas as interpretações são possíveis, mas convirá não esquecer a interpretação dada pelos países africanos.

J. C. — Basta, aliás, dizer que o famoso Comité dos 24 não se refere a autodeterminação dos territórios autónomos; é um Comité encarregado de estudar a situação com vista à emissão da declaração sobre a concessão de independência, com the granting of independence. Isto explica-se muito claramente, pois ao longo de um processo que já tem hoje 14 anos, as coisas foram-se esclarecendo. A comunidade internacional foi tomando posição e, nas suas resoluções mais recentes a Assembleia Geral tem sido extremamente clara quanto ao que estava em causa, que

não era simplesmente a autodeterminação, mas sim a autodeterminação e independência. O Comité dos 24, que é um Comité extremamente influente nesta matéria, não faz mais do que reconhecer que o processo de autodeterminação e independência trata de uma realidade indissociável que não pode, digamos assim, ser interpretada a novo termo: isto é, a auto-determinação é insuficiente, se não for clara e inequivocamente afirmado o reconhecimento do direito à independência. Consoante a realidade dos territórios, poder-se-á discutir e ter da interpretação que a maioria dos Países da Assembleia das Nações Unidas, a questão da paz, a questão de como chegar à independência. Agora, a independência em si mesma não poderá estar em discussão à luz dessa interpretação dos princípios. Repare-se que falo da interpretação dos princípios. Mas, em termos de confrontação, não será essa, afinal, a realidade que conta?

F. B. — Essa tomada de posição é mais vinculada nas delegações dos países do Terceiro Mundo do que de também em delegações como a americana, a soviética ou a francesa?

J. S. — Parece-me difícil que os membros das Nações Unidas tenham subitamente um desentendimento que toca às resoluções e aos seus termos. O que pode haver — e nota-se em relação a determinados países — é uma compreensão maior sobre os modos como esse caminho da autodeterminação e independência pode ser seguido. É evidente que nalguns casos nomeadamente os Estados Unidos conhece-se que deve ser dada prioridade a este processo se passar em termos democráticos, sem prejuízo do respeito pelas resoluções.

Prestando aquilo que o Cravinho disse há pouco, eu chamaria a atenção para uma das resoluções mais conhecidas da Assembleia Geral das Nações Unidas, a resolução 1514 de 14 de Dezembro de 1960, que tem por título, «Declaração sobre a concessão de independência aos povos coloniais...» Nesta, em dado momento, na parte dispositiva, se aponta para os países que imediatamente devem ser dados, nos territórios que ainda não atingiram a independência, de modo a que «se transfiram todos os poderes para os povos desses territórios, sem nenhuma condição de reserva, de acordo com os seus desejos que livremente manifestem, sem nenhuma dissimulação, credo ou cor, de modo a permitir-lhes a possibilidade de usufruir completa independência e liberdade». Mas isto já é de 1960, porque se pegarmos na resolução de 22 de Novembro de 72, bastante próxima, do Conselho de Segurança, nós vemos, sem prejuízo doutros aspectos, claramente o pedido ao Governo português, de acordo com as disposições da carta das Nações Unidas e a resolução 1514 que há pouco referi, a necessidade de entrar em negociações com as partes interessadas que deveriam ser os movimentos de libertação, de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique, tudo isto para permitir aos povos desses territórios o exercício do seu direito para a autodeterminação e independência. Isto já aparece com muita clareza na resolução do Conselho de 1972. Sem prejuízo, ainda, de no que respecta as resoluções da última Assembleia, já haver obviamente uma passagem para diante quanto ao problema da Guiné-Bissau, que é considerado

um estado independente. Estes a falar ao nível das resoluções das Nações Unidas.

J. C. — Em matéria de descolonização, a acção das Nações Unidas, em particular no que respecta a territórios sobre o domínio português, tem mostrado que há uma progressão. A medida que o tempo passa, caracteriza-se, mais visivelmente, a posição dos territórios, sendo a posição de Portugal cada vez mais desfavorável. É minha impressão, que as possibilidades de progresso não chegaram ainda ao seu termo. Isto é, poderá ainda haver, no campo de apoio da comunidade internacional aos movimentos de libertação, posições mais fortes e com consequências ainda mais fortes no terreno de combate do que na actualidade. Esperemos, eventualmente, que o limite tenha sido atingido não porque não haja a possibilidade de fazer avançar a acção diplomática internacional, eventualmente com repercussões militares, mas porque as partes em conflito terão, entretanto, chegado a um acordo que tornará absolutamente inviável tal acção.

O caso específico da Guiné-Bissau

F. B. — O Jorge Sampaio reafirma-se já ao caso específico da Guiné-Bissau. Nos contactos que tivemos em Washington, colámos sempre a sensação de que o problema da Guiné-Bissau tinha que ser resolvido com toda a rapidez. Problema específico, problema em que já foi possível separar o caso de Cabo Verde do caso da Guiné, parece-me que a prova real das intenções da descolonização por parte do novo regime português será dada através de sua acção e solução, sem prejuízo dos movimentos de libertação dos outros territórios. O caso da Guiné-Bissau parece o mais urgente e aquele que, até pelo ambiente em que ocorreram as negociações em Londres, será mais fácil de resolver.

R. C. — O caso da Guiné-Bissau será um teste, na medida em que poderá vir a ter repercussão sobre todos os demais. Uma vez que se conseguiu até certo ponto a uma vantagem para a propositiva atlântica e do ocidente, a separação do caso de Cabo Verde com o da Guiné-Bissau, não há dúvida de que isto acontece numa certa medida por parte do Governo Português, no sentido do direito a independência da Guiné. É útil salientar que, quando se pede uma declaração formal do direito à independência, isso não implica que automaticamente, de um dia para o outro, se faça a implantação de um Estado, de uma nova Nação, quase por milagre. Não, isso implica um processo que será mais ou menos longo, consoante obstáculos e condicionamentos locais, regionais, políticos, étnicos e mesmo económicos, etc. Se os movimentos de libertação admitem que a independência pode resultar de um processo relativamente longo e condicionado pelas particularidades locais, eu acho que o Governo português deve avançar. Avançando no sentido do reconhecimento, concretamente agora na Guiné, do direito à independência e mesmo do reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau, eis de certo que se fortalecerá aos movimentos e conquista a sua confiança permitindo-lhe amanhã em melhores condições de negociação. Tivemos oportunidade de verificar que as delegações parlamentares, mesmo as coloniais, em favor de uma estratégia, entendiam que a sua posição seria contraditória com os princípios, se levassem por diante o seu desejo de que Portugal mantivesse as colónias, em favor de uma estratégia do ocidente.

F. B. — Voltando à Guiné-Bissau.

J. S. — Para muitos parece impossível distanciar a existência e o reconhecimento internacional, por mais de 80 países, do Estado da Guiné-Bissau, como por se considerar isto um primeiro e decisivo teste da vontade real do país em descolonizar. Quer dizer esta expectativa que encontramos será reforçada ou consideravelmente diminuída consoante o resultado que as negociações venham a ter; não deixando de me ser notada a resolução 3061 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de Setembro de 1973, onde se fala da ocupação ilegal de alguns dos sectores da República Guiné-Bissau pelas forças portuguesas. Esta resolução foi aprovada por maioria, embora com muitos votos contra e algumas abstenções. Limito-me a citar a sua existência.

R. C. — Segundo esta resolução, inventaram-se os dados do problema. A ilegalidade passou a ser praticada, não pelo movimento de libertação da Guiné-Bissau, mas por Portugal, que insiste em manter-se em territórios da República da Guiné-Bissau. É isto que acho importante salientar.

J. C. — Gostaria de trazer aqui dois ou três factos: o primeiro é que a República da Guiné-Bissau está admitida em várias agências especializadas das Nações Unidas. Em certo sentido, tem nas Nações Unidas um estatuto que não se aproxima daquele que a Alemanha Federal tinha até há bem pouco tempo. Ora, todos nós sabemos o enorme peso que estas circunstâncias lhe conferem no plano da sua acção, pela comunidade internacional. Em segundo lugar, muito recentemente, e já depois das negociações de Londres, a República da Guiné-Bissau foi eleita vice-presidente da Conferência da Organização da Unidade Africana (OUA), reunida na Somália, o que, sem dúvida, é uma reafirmação, da parte dos estados africanos, de uma solidariedade total. Finalmente, um último aspecto: foi-me referido que a implantação da Guiné-Bissau no terreno parece ser tal que se torna problemático trazê-la à mesa da conferência em condições de aceitar o não reconhecimento da sua independência.

F. B. — Não sei se querem falar do discurso do General Spínola, na posse dos governadores-gerais de Angola e Moçambique?

R. C. — Eu acho que, depois de tudo quanto dissemos, o comentário ao discurso do Sr. General Spínola.

Ha um paço inadiável que, quer queiramos quer não, tem que ser dado, rumo à independência inofensível. O melhor será dá-lo agora, que ainda estamos numa posição politicamente boa (salvo de uma revolução que o povo fez contra o regime fascista) e que impôs como tarefa a descolonização. Se se passarem muitos meses com negociações, embora habilitemente conduzidas, sem chegarmos ao objectivo que esperamos de nós, a credibilidade que nos é dada neste momento vai ser-nos retirado, ficando então nos depósitos da arma política e moral de que ainda nos podíamos servir, nesta conjuntura.

Os argumentos de Portugal

F. B. — Isso além das divisões internas que poderão ser provocadas por esse problema, nos partidos, nas Forças Armadas e no povo em geral.

R. C. — Tem toda a razão. As consequências políticas que podem advir de uma recusa sistemática à declaração formal do direito da independência, vão criar até no seu dos partidos e das Forças Armadas problemas e divisões. Mas o que é pior é que vão tirar a Portugal o argumento de que pode dispor neste momento, para fazer uma paz vantajosa, uma independência em que a cooperação futura no domínio económico e político pode trazer grandes benefícios ao país (compensação para a guerra que sofreu durante 12 anos).

Continuação pag. 18

199

londa

Temos ou não uma política externa coerente?

Continuação pág. 17

Essa cooperação indubitavelmente vai dar-se. Será tanto mais vantajosa, tanto mais quantificável, quanto mais rapidamente viermos ao encontro dos movimentos de libertação. Quero salientar aqui que teve uma mesa redonda, há precisamente 7 anos, com os delegados dos três movimentos de Angola, Moçambique e Guiné em Estocolmo, e já nessa altura se formulavam dez pontos de negociação possíveis, nos quais eles aceitavam a defesa das pessoas e dos bens dos portugueses brancos radicados nas colónias. Aceitavam que a guerra não terminasse por efeitos de uma varinha mágica e admitiam um processo lento de desagregação das tropas, para que atrás da guerra não ficasse o caos. Admitiam a presença dos portugueses em todo o processo da reconstrução do país novo. Ora isto são problemas que estamos a jogar em cima do pano verde da descolonização, que será retida na medida em que se prolongar o processo.

J. C. — Li muito a pressa o discurso do Presidente da República

já aqui nessa sala, momentos antes da mesa redonda. Uma leitura perfeitamente em dia. Estudá-lo-ei com a maior atenção. Nessuma das minhas observações foi determinada pelo discurso. O que disse aqui foi fruto de uma convicção profunda alimentada por muitos anos de extrema preocupação por um conflito que já no final da década de 50 me parecia inevitável, a mim que sou angolano de origem. Nada terei que alietar e não ter que surtir novos argumentos para esse debate tão longo. O problema da descolonização é um problema vivido por muita gente com a maior intensidade e não apenas a partir do 25 de Abril. Portanto, não será de ânimo leve que modificarei uma posição de há muitos anos.

J. S. — A primeira realidade é que ao nível das informações recolhidas junto das Nações Unidas e que se não creia a ideia de que Portugal pretende preservar uma posição portuguesa que não seja de facto a que seja consequência de acordos a fazer com os movimentos de libertação, como tantas vezes me foi indicado. A segunda ideia

e que há de ter-se em conta, como nos foi dito, a existência de uma luta real no terreno, que leve um sucesso inevitável e com tudo o que isso representou para nós interna e internacionalmente. Têm de se perceber as directrizes do movimento de libertação, que se impõem no terreno, que conquista, digamos assim, aumentos nessa implantação, e que até procede à sua própria administração nos territórios que vem sucessivamente ocupando. Temos de considerar o que representa para os movimentos de libertação o pegar em armas há 10 anos, os sacrifícios incalculáveis, que tiveram de recolher apoios, que possivelmente em tese geral não gostaram de obter, que fizeram tudo isso, com inúmeros sacrifícios. Para eles tudo isso é, de certo modo, uma forma bem clara de autoedificação, que não será porventura a mais conveniente, para alguns interesses, mas que neste momento, difícil ou impossível, pode ser seguida. É de facto uma guerra que funciona, e uma guerra a que urge pôr termo.

J. C. — Poderem apenas, acres-

centar que a guerra é a forma mais determinada de opção em favor da libertação que um povo poderá tomar, como julgo verificou-se na Guiné.

R. C. — Estou convencido do mérito indiscutível do texto acabamos de ler do discurso do General Spínola, porém há como estão deo argumentos, pela sub que rodeou a afirmação: terminação e indepen- alongamentos bastante. Estou convencido de que para o leitor das Nações Unidas, para o leitor dos países africanos, tal mesmo seja contra nós. Em não fácil dizer em duas ou três palavras o que nós esperávamos, que era efectivamente dizer «nos declaramos a nosso direito à independência», era não fácil fazê-lo, que o facto de o não fazer e pelo contrário se entrar em redobrar e subtilizar para afirmar o que se afirma, joga contra nós na medida em que se perde em credibilidade e em confiança, e perdendo esses dois valores dificultam-se as etapas futuras da negociação.

A organização da ofensiva diplomática

É claro que se pode perguntar se os Estados Unidos não têm uma palavra a dizer; é evidente que têm, não tenhamos dúvidas em matéria de estratégia, de armamento, de poder económico. Há, no entanto, muito boa gente, nos Estados Unidos, com a sensação de que os americanos já fizeram muitas asneiras (o caso do Vietname foi repetidamente citado), e que não querêro reincidir. Por outro lado, há neste momento e isso é o aspecto mais positivo, uma admiração pelo modo como as coisas correram: nunca ninguém acreditou que fosse possível uma revolução, feita pelas Forças Armadas de um regime de direita, no sentido da democratização; nunca ninguém acreditou que esta revolução fosse possível sem sangue nem que, ao fim de dois meses, a revolução continuasse triunfante, embora com dificuldades e problemas. Existe vontade de ajuda, de contribuir para que as coisas continuem a correr bem. As pessoas foram muito pragmáticas, muito concretas. Disseram-nos que compreendiam as nossas dificuldades, na parte económica, sobretudo, e pediram-nos que dissessemos do que precisamos. A conversa, por exemplo, com Edward Kennedy foi particularmente sintomática. É claro que nós não iamos nem com poderes nem com a missão de dizer o que era preciso. Há, portanto, uma boa vontade de auxílio no aspecto financeiro, tecnológico, e algumas vezes nos foi sugerido que as negociações da base dos Açores seriam um bom pretexto.

R. C. — Freqüentes vezes nos disseram, na carta está na vossa mão, são vocês a dizer quando querem resolver o problema da base dos Açores. São vocês que têm uma palavra a dizer. Ora, nós achamos, que era oportuno fazê-lo agora, na medida em que vocês tiveram partido de um ambiente favorável de uma conjuntura política em que estão realmente prestigiados.

F. B. — Além, o mesmo conviz para um rápido aproveitamento de um ambiente favorável surge, por exemplo, quanto à Europa, no campo do Mercado Comum.

R. C. — Quanto à Europa, vamos muito mais longe. Abre mesmo perspectivas interessantíssimas. Por exemplo, foram-nos feitas propostas muito aliciantes no capítulo da negociação imediata da nossa entrada para o Mercado Comum, e em condições verdadeiramente vantajosas. Sobre tudo por estados europeus interessados directamente e altamente influentes no processo da negociação que fatalmente há-de seguir-se ao nosso pedido de integração no Mercado Comum.

F. B. — Nesse capítulo, querem falar do ambiente que encontraram em Nova Iorque em relação ao acontecimento do 25 de Abril? F. S. — Sem dúvida que encontramos em todos os contactos, um ambiente de grande alegria pela queda do regime amarelo, um ambiente de franca expectativa, favorável ao novo regime, alguns casos com a menção expressa de que será pelos factos, à medida que o processo de democratização for prosseguido, que ele terá de ser julgado, na realidade. Mas isto não obsta a que exista um ambiente muito favorável. A mim parece-me que esse ambiente se encontra de tal maneira generalizado, que a originalidade do 25 de Abril é amplamente reconhecida. Direi, a título pessoal, que se põe para o futuro o problema da prova, passo a passo, das nossas intenções reais. E a síntese do que colhi.

R. C. — Sobre tudo, não devemos decair sobre o mérito daquilo que fez o nosso povo. Eu saliento isto mais do que uma vez, é justo que se lhe renda homenagem, pelo facto de ter o único fascismo na Europa que se libertou desse retrogrado regime pelos seus próprios meios e sem ajuda de ninguém. Isto é uma coisa que é

bom salientar. Na Europa, não houve fascismo que tivesse sido vencido, exclusivamente, pelo próprio povo.

J. S. — Acho que tivemos algumas ajudas... R. C. — Claro, claro, as Forças Armadas são do Povo, mas é o nosso povo.

J. S. — Não só, não só... R. C. — Fora os movimentos de libertação das colónias, mas isso é a guerra colonial, é um sacrifício que temos feito ao longo de 12 anos. Mas quero salientar que os fascismos europeus, bem conhecidos, alemão, italiano, francês de Petain, todos os países do Balcão do ocidente, foram realmente liquidados definitivamente após a guerra, por efeito da invasão das Forças Aliadas e dos russos, e talvez se não se tivesse dado esse acontecimento, esses povos não se tivessem libertado por seus próprios meios. E a prova é que a Espanha lá se encontra ainda sob a noite negra do fascismo; a Grécia, que depois de ter tido fascismo com alianças várias, acabou por ter o golpe dos coronéis, e também não se libertou até hoje dessa presença nefasta na sua política.

F. B. — Penso que este tema já está bastante esgotado. E ainda dentro do ambiente encontrado, julgo que há outros aspectos a focar. Por exemplo, nos nos Estados Unidos, sobretudo em matéria de contactos com personalidades civis americanas, ouvimos que o movimento de 25 de Abril trouxe vantagens para os países do Pacto do Atlântico.

J. S. — Também o dr. Ramos da Costa disse que o movimento de 25 de Abril trouxe vantagens para os países do Pacto do Atlântico, e a pergunta que eu faço a seguir, que vem na linha da sua exposição, é em que medida é que esse avanço ou estes compromissos poderão contribuir ou descontrair para uma política de descolonização e perspetiva para uma política internacional independente.

F. B. — Isso tem a ver, em primeiro lugar, com os meios que possam resultar da situação interna aqui. Sobre tudo em meios americanos — e isso mais ao nível do Departamento de Estado — há um certo racio do futuro... Na Assembleia dos Países...

os próprios relatórios... Comissão Política, que... são Económica, dão uma... de incerteza. Lembremo-nos que, no relatório da Comissão Militar, havia um balanço dos factores favoráveis à aliança nos últimos tempos; Portugal aparecia no meio com um ponto de interrogação, sem mais nada. Um dos fantasmas é o do comunismo, o problema dos comunistas no Governo.

É claro que nos foi facti explicar, e a nota teve foi toda no sentido de dizer que Portugal, no tal balanço, devia ser colocado no activo, nas coisas favoráveis, na medida em que a situação interna permitia presumir que evoluíamos realmente para uma consolidação da via democrática. A pergunta de Sampaio vai bastante... sem também que... bismo de África, e os interesses aí situa... nas na África do Sul, em Angola e Moçambique...

mas, por exemplo, várias vezes dos 20 milhões de toneladas de petróleo de Cabinda e nunca tivemos uma resposta concreta. Falámos várias vezes nos outros interesses existentes na Companhia dos Diamantes, etc. e também nunca tivemos uma resposta concreta. Não tivemos contactos com meios de negócios, mas julgo que da parte deles não há medo, há vontade de trabalhar, de complicar o processo da descolonização, e eventualmente, o processo de democratização interna.

A nossa posição foi, aliás, muito do não interferir, de não fazer a coisa por, de não precisar mediana.

O problema dos Açores

R. C. — Eu acho que, uma vez que o dr. Jorge Sampaio trouxe à questão para este pé, devemos começar já o debate, porque efectivamente três pontos importa discutir, quando se trata do problema da ajuda internacional. Primeiro ponto, e das consequências nefastas da guerra colonial e a necessidade da reestruturação de um país, que construiu durante 12 anos toda uma economia sobre territórios do Ultramar e sob uma guerra que a desgastava. Segundo ponto, que eu acho muito importante e, infelizmente, até agora, depois de dois meses quase de Governo provisório, não nós tomamos, de forma as coordenadas de uma política económica e financeira para o período transitório, que permitam dar um acollimento estrutural e um acollimento institucional à ajuda que vamos pedir. Se por negligência, até por incapacidade, nós não criamos o quadro para acolhermos essa ajuda económica e financeira, corremos o risco de passar um ano ou dois com uma dívida a pagar, sem tirar benefício desde capitais que correspondem ao nosso pedido.

Terceiro ponto, e acho que é fundamental, o ajustamento das relações entre Portugal e os organismos regionais e os organismos internacionais. Concretamente, as relações entre Portugal e a comunidade europeia, as relações de Portugal com a N. O. e com o Fundo Mineiro Internacional. Entendo que não podemos continuar a alimentar soluções ambíguas, soluções de emergência a que fomos arrastados pela circunstância de não termos instituições políticas que nos deem a confiança e a credibilidade necessárias. Portanto, se fomos para a E. F. T. A., se depois fizemos um acordo contratual com os países do Mercado Comum, foi porque nos era recusado o pleno direito da entrada nesse Mercado Comum. Ora, hoje, nós podemos entrar nesse Mercado Comum de pleno direito, e até com um acollimento entusiástico e favorável e com cláusulas semelhantes àquelas que em tempos obtivemos na E. F. T. A., para compensar transitoriamente o nosso atraso económico e o atraso que tivemos com a descolonização. Neste momento, ou tive ocasião de pôr o problema concretamente e disse: «há o facto de nós não termos adquirido de um dia para o outro o problema da descolonização e da guerra colonial, de nós encontrarmos uma negociação para nos integrarmos no Mercado Comum e nas Comunidades Europeias não terá um obstáculo. Aceitaram mesmo uma cláusula suspensiva até ao termo da descolonização e permitiram-nos a entrada de Portugal desde já como membro integral, como membro de pleno direito no Mercado Comum». Foi-nos francamente respondido que sim, que a liberdade mercada neste momento é o acollimento mais favorável. Só temos é que organizar o dossier, estudar o nosso problema mais e não fomos desarmados

fazer qualquer proposta nesse sentido. Temos que vir documentados, com estudos em profundidade da realidade económica nacional, e a justificação de quais poderesmos pedir, e a pedir para nos ajudar com cláusulas, digamos de defesa, a situação de inferioridade em que nos encontramos contra a vontade do povo português. O povo não é responsável pelos 40 anos de fascismo, não é responsável pela guerra colonial, não é responsável por uma colonização que se prolongou para além do que era de admitir.

J. S. — Eu queria levantar aqui um problema que me parece necessário de urgente debate nacional. Que é não o relativo ao problema dos Açores, discutido-se está na

linha dos compromissos internacionais, tenho a impressão que o caso dos Açores é um caso específico, digamos assim contratual e a termo, que merece ser francamente discutido, na linha de uma política externa que eu gostaria de ver francamente encorajada-se para uma independência. Ligado a isto, mas bastante mais importante, é aquilo que deveríamos francamente discutir e que é o problema da ajuda internacional, de que vocês receberiam ofertas genéricas que precisam de ser concretizadas. Nós, por outro lado, não tivemos afinidades a este nível, mas sim disponibilidade para dar todo o apoio e assistência possível no processo de descolonização. É problema decisivo o questão da ajuda internacional

como é que ali deve ser efectivamente processada, se é que o deve ser, e em que condições. Está obviamente a meu ver longe de estar esclarecida a situação interna no sentido das condições e dos termos em que essa ajuda internacional se deve processar. Isto é: se é de haver e, se sim, de quem, como e para quê. Está por fazer nesse País, e parece-me que é uma das questões fulcrais do seu desenvolvimento económico simultaneamente com uma via de processar democraticamente uma independência nacional, está por fazer um debate e a sistematização das formas e das condições, em que esta ajuda internacional se deve processar. Jalgo que se deve quanto antes iniciar o debate a este nível.

Portugal: ponto de interrogação

F. B. — O que acabou de dizer-me pôr em causa um outro aspecto da questão: a organização da ofensiva diplomática. O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem desentros e tal funcionário. Sentimos, pelo menos em Washington, toda a boa vontade em trabalhar, mas penso que esse mesmo é insuficiente e também que há deficiências graves de instruções de informação. As embaixadas ou as delegações não estão informadas sobre o que se passa aqui, têm dificuldades de em dar resposta rápida.

J. C. — Esse problema tem dois aspectos. O primeiro é o de haver ou não haver uma política externa: o segundo diz respeito ao modo de a aplicar. Eu acho que a situação actual apenas com a nota de me parecer que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não está dotado de meios para poder aplicar seja que política for. Os seus quadros e infra-estruturas são manifestamente insuficientes para lhe permitir actuar com rapidez nos sítios exactos e no momento oportuno. Mais importante do que isso é a questão de saber se temos ou não uma política externa coerente. Os princípios que constam do programa do Governo provisório, necessariamente muito gerais, têm agora que ser desenvolvidos de modo a formar um todo. O funcionamento da máquina das Nações Unidas, mostra, por exemplo, que sendo a ONU um ponto de encontro, um ponto de encontro de grandes debates mundiais, qualquer posição portuguesa em qualquer das suas instâncias, deveria necessariamente partir de uma política concebida com um todo multifacetado. Se assim não vier desenvolvido, o risco de nos defendermos uma posição naquilo que mais nos interessa, vemos os nossos esforços anulados por posições incoerentes ou mesmo aparentemente afastadas. Ora, isto é válido para as Nações Unidas, como é válido no nosso contexto, por exemplo, para as relações económicas internacionais. Essa ausência de política externa evidentemente comprometida em uma das grandes cartazes do anterior re-

gime. Eu fiz parte da equipa que negociou o acordo com o Mercado Comum, e posso dizer que estas negociações prosseguiram quase na ausência de instruções concretas do nosso Governo. Tenho participado em reuniões, as mais variadas, no âmbito da O. C. D. E. e outros organismos e a realidade era sempre a mesma, partíamos sem haver instruções. O regime anterior não tinha «política». E eu quando digo isto, gostaria de pôr sempre a frase «não ter política» entre aspas. O regime anterior tinha uma orientação política, mas não estava confessada. De tal modo que, em relação a posições concretas, muitas vezes era incapaz de pôr a no aquilo que o motivava. Por exemplo, ninguém pensava que o regime não se propunha com as negociações com o Mercado Comum. A ideia era que as negociações deviam chegar a um termo, fosse ele qual fosse, com a salvaguarda aparente da posição política do regime. Para o Caetano era inadmissível que houvesse no termo das negociações uma recusa do Mercado Comum, o que evidentemente implicaria a rejeição do regime como interlocutor. É quase sempre as condições mínimas a aceitar? Pois seriam aquelas que o Mercado Comum visse a impor e as poucas instruções que se apostavam claramente para aí. O facto de nada mais explicito do que isso constar das instruções, já revelava que o regime se contentaria com qualquer acordo, detendo a habilidade dos negociadores conseguir os melhores termos. Ora isto é uma política, em face do ponto determinado, mas não é uma política que convém ao povo português.

Para o futuro, tem de haver um conjunto de posições sendo em atenção os interesses do povo português, de modo a que estivesse claro e considerado os problemas mais importantes, embora com os aspectos particularizantes a situação e a expor. É isto que se está preparando no plano externo.

R. C. — Aquilo que o regime anterior não podia fazer, quer era definir uma política externa, por-

que quando o fazu era submissiva e inconfessada, podia-se fazer agora em nome do povo português. Quem dizer, nós estamos em condições, neste momento, de debater a política mais vantajosa, mais ajustada às condições actuais, mesmo neste período transitório.

J. C. — O descrédito do antigo regime era de tal natureza, que passava acima de tudo a necessidade em que ele se encontrava de separar os apoios externos, actuais, na medida e nas condições em que lhes fossem oferecidos. Nessa tentativa de sobrevivência, a todo o custo o regime não tinha interesse algum em esclarecer, pôr a claro a sua política, mas ele tinha-a. Nós hoje precisamos não é de limpar a política do regime anterior, precisamos, sim, de actuar com uma política integralmente nova.

J. S. — Eu estou de acordo com o sentido geral mas só com uma previsão, e que me parece não haver muito tempo para isso, que com o calendário das reuniões internacionais e lá-as próximas, temos de ser posições iguais porque imediatamente serão analisadas. É preciso portanto, estudar uma estratégia e uma tática, uma estratégia verdadeira, que se va repetindo nas várias instâncias com rinvio especial para a Assembleia Geral das Nações Unidas que começa a 16 de Setembro próximo.

F. B. — Eu também acho que é indispensável definir quanto antes uma estratégia diplomática global, doutra maneira corremos o risco de contradições. Por outro lado, eu sinto que é indispensável que haja mais gente a trabalhar nestes assuntos.

Aproveito para fazer duas perguntas: Vocês vão à Assembleia Geral das Nações Unidas? Qual é o vosso estatuto futuro em matéria de Nações Unidas?

J. S. — Neste momento, digo interiramente a verdade, não faço ideia. Está dependente de várias coisas, e estou convencido que está dependente da forma particular como uma certa política terá possibilidade de se executar.

F. B. — Mas, realmente, não há muito tempo.

J. S. — Pois não.